

# JORNAL

DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO



ANO 11  
Nº 42

OUT/NOV/DEZ 2016

**PSICOLOGIA É  
RESISTÊNCIA**



**COMO A PSICOLOGIA PODE  
PRODUZIR RESISTÊNCIA POR MEIO  
DE UMA ESCUTA QUALIFICADA E  
DO SEU COMPROMISSO COM A  
AFIRMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES  
AUTÔNOMAS.**

## **NOTÍCIAS**

XV Plenário toma posse para  
gestão 2016-2019 do CRP-RJ

**p. 04**

## **ANÁLISE**

PL439/2015: uma ameaça à Psicologia e  
à interdisciplinaridade na gestão de RH

**p. 06**

## **ARTIGO**

Emerson Mehri e Laura Feuerwerker  
falam o sobre o processo de  
precarização das políticas públicas

**p. 16**

# SUMÁRIO

---

<b>EDITORIAL</b>	<b>p. 03</b>
<b>POSSE DA NOVA GESTÃO DO CRP-RJ</b>	<b>p. 04</b>
<b>PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO</b>	<b>p. 06</b>
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>p. 08</b>
<b>AGENDA CRP-RJ</b>	<b>p. 10</b>
<b>CRP-RJ PRESENTE</b>	<b>p. 11</b>
<b>ARTIGO: "AFINAL, OCUPAR PRA QUÊ?"</b>	<b>p. 12</b>
<b>ARTIGO: "POLÍTICAS TEMERÁRIAS"</b>	<b>p. 16</b>
<b>CAPA</b>	<b>p. 18</b>
<b>LEITURA RECOMENDADA</b>	<b>p. 24</b>
<b>INFORME SINDPSI</b>	<b>p. 25</b>
<b>LIVROS LANÇADOS PELO CRP-RJ</b>	<b>p. 26</b>
<b>ESPAÇO ORIENTAÇÃO</b>	<b>p. 28</b>
<b>REGIÃO SERRANA</b>	<b>p. 30</b>
<b>BAIXADA</b>	<b>p. 31</b>
<b>NORTE-NOROESTE FLUMINENSE</b>	<b>p. 32</b>
<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>p. 33</b>
<b>INFORMES DAS COMISSÕES</b>	<b>p. 34</b>

---

## CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca  
CEP: 20260-280 - Tel./Fax: (21) 2139-5400

### Diretoria Executiva

Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448), Presidente  
Marília Alvares Lessa (Crp 05/1773), Vice-Presidente  
Thiago Melicio (Crp 05/35915), Secretário  
Rodrigo Acioli Moura (Crp 05/33761), Tesoureiro

### Conselheiros Efetivos

Achilles Miranda Dias (Crp 05/27415)  
Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)  
Cíntia De Sousa Carvalho (Crp 05/40996)  
Juraci Brito Da Silva (Crp 05/28409)  
Patrick Sampaio Braga Alonso (Crp 05/32004)  
Paula Land Curi (Crp 05/20409)  
Roberto Stern (Crp 05/1700)  
Roseli Goffman (Crp 05/2499)  
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)  
Simone Garcia Da Silva (Crp 05/40084)  
Sílvia Ignez Silva Ramos (Crp 05/28424)

### Conselheiros Suplentes

Eliana Olinda Alves (Crp 05/24612)  
Evelyn Rebouças De Gouvêa (Crp 05/41205)  
Fabríola Foster De Azevedo (Crp 05/42893)  
Giovanna Marafon (Crp 05/30781)  
Ismael Eduardo Machado Damas (Crp 05/42823)  
Janaina Sant'Anna Barros Da Silva (Crp 05/17875)  
José Henrique Lobato Vianna (Crp 05/18767)  
Juliana Gomes Da Silva (Crp 05/41667)  
Mária Da Conceição Nascimento (Crp 05/26929)  
Michele Da Silva Mota (Crp 05/ 31331)  
Mônica Valéria Affonso Sampaio (Crp 05/44523)  
Paula Kwamme Latgé (Crp 05/ 38749)  
Rita De Cássia Louzada (Crp 05/11838)  
Saulo Oliveira Dos Santos (Crp 05/31988)  
Viviane Siqueira Martins (Crp 05/ 32170)

### Comissão Editorial

Roseli Goffman (Crp 05/2499)  
Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)  
Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448)  
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)  
José Novaes (Crp 05/980)  
Fernanda Haikal Moreira (Crp 05/34248)

### Redação, Edição e Fotos

Felipe Simões, jornalista responsável (MTb 31728/RJ)  
Amanda Mesquita (estagiária)  
Isabela Del Rio (estagiária)

### Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

### Impressão

Edigráfica Gráfica e Editora  
Tiragem 38.000 exemplares

**Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.**

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)



# PSICOLOGIA: NOVAS PRÁTICAS, OUTROS DESAFIOS

Fazer propostas para o XV Plenário do CRP-RJ requereu da Chapa Ética e Compromisso Social para Cuidar da Profissão longas conversas sobre a Psicologia no estado do Rio de Janeiro e no país. Questões sobre a formação e as práticas psicológicas, nos muitos cenários sociais, culturais e populacionais em que vêm acontecendo, exigem posicionamentos e ações do CRP-RJ.

A inclusão da Psicologia em postos de trabalho novos, nos últimos quinze anos, tem sido vivida por psicólogas (os) como possibilidades e fontes de desafios e tensões diárias. Ao sairmos dos tradicionais espaços de trabalho – consultórios, empresas e escolas – nos deparamos com a complexidade na qual transcorre a vida de brasileiras (os) de todas as idades e grupos humanos.

Estamos no Sistema Único de Assistência Social e no Sistema Único de Saúde, lidando com as possibilidades de cuidar de pessoas e famílias em espaços compartilhados com outros campos de saber, estabelecidos e mantidos por gestões governamentais que dirigem e definem as condições em que trabalhamos. A prática profissional foi recontextualizada, incluindo um terceiro sujeito, o poder/gestor público, até então não considerado entre nós.

Participamos do Sistema Jurídico, estamos na Defesa Civil e nas Forças Armadas, no campo dos Esportes, das Emergências e Desastres, do Trânsito e da Mobilidade Urbana, do Meio Ambiente, da Educação Inclusiva, entre tantos outros.

A atenção psicológica aos moradores de rua, às lutas protagonizadas pelos movimentos sociais e às populações tradicionais que carregam consigo parte da história do país (como as comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhos) compõe hoje uma demanda relevante às nossas práticas.

Tais demandas abriram para a Psicologia um universo de trabalho que não cessa de interrogar a formação e a tradição em nosso campo. Urgem pesquisas, estudos, produção de conhecimentos que orientem e permitam avançar com ética nossos compromissos para com a sociedade onde atuamos.

Frente a esse quadro de pautas para a Psicologia, não tivemos dúvida para compor nossa plataforma.

O compromisso pela afirmação dos Direitos Humanos, entendidos como a enunciação do bem comum, dos direitos à moradia, à educação, à saúde, à alimentação, respeitando as necessidades individuais básicas, não podem ser excluídos das nossas propostas de ações e práticas psicológicas. Todos os processos psicológicos são afetados pela fome crônica, pela água contaminada, pela insegurança diária produzida por condições e relações sociais radicalmente adversas. Essa não é apenas uma questão para psicólogas (os) que trabalham no SUAS ou no SUS, mas para toda a Psicologia.

O compromisso pela defesa da laicidade nas práticas psicológicas decorre de que, apenas dessa for-

ma, poderemos exercer nossa profissão com a ética exigida no atendimento à diversidade humana que nos cerca. A defesa da dimensão laica se conecta com a escuta de todas (os), procurando acessar e compreender o que nos está sendo comunicado por alguém em sofrimento psíquico, em conflito ou desorientação a respeito de temas de sua vida.

Propomos a mútua colaboração com as entidades profissionais e científicas da Psicologia, entendendo que devemos ser parceiros na problematização e na promoção da Psicologia como Ciência e Profissão.

O compromisso por assegurar uma gestão dos recursos da autarquia com ética e transparência dá sequência à gestão que nos antecedeu.

Esses foram os pontos que elegemos como princípios da gestão do XV Plenário. Ficamos muito honrados com o resultado das urnas e reafirmamos nossos princípios neste momento em que retomamos a publicação deste jornal.

A matéria de capa – Psicologia e Resistência – convoca todas (os) para a construção de uma outra Psicologia no estado do Rio de Janeiro. Ela nos coloca no centro dos embates que atingem nossas práticas profissionais e toda a população do estado.

Psicólogas (os) Organizacionais e do Trabalho, estamos enfrentando um projeto de lei que reedita a tentativa de atribuir a uma única profissão a gestão dos Recursos Humanos. A última página do jornal reafirma nossa posição contrária a essa proposta.

**Psicologia e Resistência** é o que propomos a todas (os): profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de Psicologia. E que estejam aqui, no CRP-RJ, construindo um coletivo que assegure as conquistas e alicerce nossas contribuições. ●

# XV PLENÁRIO DO CRP-RJ TOMA POSSE PARA GESTÃO 2016-2019



NOVA GESTÃO

## NOVA GESTÃO FOI ELEITA EM AGOSTO DE 2016 POR 48% DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Em solenidade realizada no dia 23 de setembro, na sede do CRP-RJ, tomou posse o XV Plenário, eleito para a gestão 2016-2019. A cerimônia contou com a presença de representantes de diversas entidades, universidades e instituições ligadas à Psicologia.

Dando início à cerimônia, Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), conselheira-presidente do CRP-RJ entre abril e setembro de 2016, fez um breve balanço das ações desenvolvidas pelo XIV Plenário entre 2013 e 2016. “Em setembro de 2013, quando o XIV Plenário iniciou os trabalhos, nossa aposta continuou centrada no compromisso político, não partidário, da Psicologia na qual acreditamos”.

“Buscamos estabelecer amplo diálogo com os movimentos sociais, pro-

curando construir estratégias possíveis de ação e enfrentamento em um delicado momento do nosso estado e do país, marcado pelos megaeventos esportivos, pela criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, pelo aumento da violência de Estado, da violência de gênero, de raça e contra as mulheres e as populações tradicionais, pelas tentativas de desconstrução do Estado laico, pela desconstrução do SUS e das políticas de garantia de direitos, entre outras”, acrescentou Janne.

José Novaes (CRP 05/980), conselheiro-presidente do CRP-RJ entre setembro de 2013 e abril de 2016, falou sobre a aliança estabelecida entre os movimentos “Ética e Compromisso Social” e “Para Cuidar da Profissão”, compondo a chapa eleita para o CRP-RJ.

“A aliança entre o ‘Ética e Compromisso Social’ e o ‘Para Cuidar da Profissão’ se apresentou oportuna e necessária, tendo em vista a extremamente preocupante situação política geral do país, situação essa que tem efeitos diretos sobre a Psicologia. Os ataques a direitos duramente conquistados e o açamento de certas tendências políticas, amparadas no crescimento dos espectros conservadores extremados no cenário nacional, apontam uma perspectiva contra a qual temos de construir um movimento de resistência”, destacou Novaes.

### Nova diretoria executiva

Após os conselheiros eleitos assinarem o termo de posse, foi anunciada a composição da nova diretoria executiva do CRP-RJ: Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), como conselheira-presidente, Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), como vice-pre-

Foto 1: Membros do XV Plenário tomam posse no CRP-RJ

Foto 2: Membros da nova diretoria executiva do CRP-RJ (da esq. para dir.): Thiago Melício, Rodrigo Acioli, Diva Conde e Marília Lessa



sidente, Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), como conselheiro-tesoureiro, e Thiago Melício (CRP 05/35915), como conselheiro-secretário.

“O CRP-RJ vem sendo gerido há 12 anos pelo grupo ‘Ética e Compromisso Social’, que fez um trabalho magnífico, encaminhando e abordando temas absolutamente pertinentes, como a afirmação dos Direitos Humanos. Por outro lado, temos o grupo nacional ‘Para Cuidar da Profissão’, que afirmou a Luta Antimanicomial, que estabeleceu, no Conselho Federal de Psicologia, a primeira Comissão de Direitos Humanos de um Conselho Profissional”, lembrou a nova conselheira-presidente do CRP-RJ.

“Nós somos os herdeiros e as pessoas que representam duas forças políticas muito importantes para a Psicologia deste país. Duas forças que avançaram a Psicologia para além da sua concepção”, destacou Diva.

## Homenagens

Representando o novo plenário eleito para o Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo, professor da UFRJ e conselheiro do CRP-RJ entre 2004 e 2010, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077) prestou

uma emocionante homenagem ao plenário recém-empossado.

“Nós só temos a ganhar com esse grupo, só temos a ganhar em estarmos juntos. Existe algo bem simbólico no dia de hoje: estão juntas a diretoria do CRP-RJ, a futura diretoria do CFP, a diretoria do Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro e a diretoria da ABEP [Associação Brasileira de Ensino de Psicologia]. É juntos que vamos construir uma Psicologia que enfrente esse momento temeroso em nosso país”, afirmou.

O presidente do Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro, Marinaldo Santos Silva (CRP 05/5057), também cumprimentou o novo plenário do CRP-RJ e destacou a importância de

continuar a luta pela defesa da democracia brasileira.

“Temos que dar um basta nesses cortes da democracia no Brasil. A todo o momento que o Brasil avançar, um golpe à direita consegue fazer com que a esquerda seja retirada do poder. Isso é um aprendizado para nós, pois temos que pensar nas nossas estratégias de enfrentamento”, defendeu.

## Conheça os membros do novo plenário

A relação completa dos nomes e currículos de cada membro do XV Plenário está disponível em nosso site pelo link: <[www.crprj.org.br/site/gestao](http://www.crprj.org.br/site/gestao)> ●

## SOBRE AS ELEIÇÕES PARA OS CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Com 48% dos votos válidos, a chapa nº 11, “Ética e Compromisso Social para Cuidar da Profissão”, foi a vencedora das eleições para o CRP-RJ, ocorridas entre 24 e 27 de agosto desse ano.

Ao todo, 12.187 psicólogas (os) do estado do Rio votaram on-line. Desse total, 1.212 foram votos nulos e outros 296 em branco. O CRP-RJ recebeu também, até as 17h de 27 de agosto, 527 votos por correspondência, sendo válidos somente 399.

A chapa eleita teve 5.193 votos on-line e outros 151 por correspondência, totalizando 5.344 votos.

## Consulta Nacional para o CFP

Na Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia, a chapa 23 - “Para Cuidar da Profissão: avançar a Psicologia com ética e cidadania” ficou em 1º lugar com 32.003 votos.

O total de psicólogas (os) brasileiras (os) votantes na modalidade on-line foi de 91.497, enquanto o número de profissionais que registraram voto por correspondência foi de 8.416, perfazendo um total de 99.913 votos em todo o país. Votaram nulo 7.984 profissionais e, em branco, 4.612.

# PL 439/2015: UMA AMEAÇA À PSICOLOGIA E À INTERDISCIPLINARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI, EM TRAMITAÇÃO NO SENADO, ESTABELECE QUE FUNÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO DE RH SEJAM PRIVATIVAS DE ADMINISTRADORAS (ES).



O Senado disponibilizou, em outubro de 2016, para consulta pública em seu portal on-line, o PL nº 439/2015, que dispõe sobre a atuação no campo da Administração. A matéria tem causado revolta entre psicólogas (os) por estabelecer como privativas da (o) profissional de Administração atividades relacionadas à gestão de Recursos Humanos em instituições públicas ou privadas.

De autoria do senador Donizete Nogueira (PT-TO), o projeto de lei descreve como atividades exclusivas da (o) administradora (or) “a organização de processos seletivos e concursos públicos, (...) a administração hospitalar e de serviços de saúde, (...) a elaboração e gestão de planos de cargos, carreiras e salários, (...) a elaboração e gestão de pesquisa salarial, descrição e avaliação de cargos e pesquisa organizacional”, entre outras.

As propostas do projeto de lei esbarram diretamente em atividades há décadas desempenhadas interdisciplinarmente por psicólogas (os) e demais profissionais na gestão de RH. O PL, inclusive, contraria o Ca-

dro Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO), que aponta como atividades inerentes à Psicologia “processos de recrutamento, seleção, orientação profissional e outros similares”.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), Adriano de Lemos Alves Peixoto, o projeto de lei é apenas “mais uma medida corporativista que quer reserva de mercado” para as (os) administradoras (es).

Segundo ele, o PL fere não apenas a atuação da Psicologia na área como também ataca a interdisciplinaridade que caracteriza esse espaço de atuação. “A Gestão de Recursos Humanos tradicionalmente se caracteriza por ser uma área de atuação interdisciplinar, onde participam psicólogos, pedagogos, administradores, contadores, entre outros. A gestão de RH é uma posição que os profissionais conquistam de acordo com a experiência e o conhecimento que vão acumulando. Ela, portanto, não envolve o conhecimento específico de uma área de atuação apenas”.

## A importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho

Uma das mais antigas áreas da Psicologia, a chamada Psicologia Organizacional e do Trabalho representa um importante campo de atuação para a (o) psicóloga (o) brasileira (o) desde a primeira metade do século 20. A atuação psi no campo apresentou um importante aprimoramento técnico e científico desde então, e essa pujante produção acadêmica e teórica da Psicologia desempenhou uma contribuição inestimável para a área.

Mais do que apenas atuar nos processos de Avaliação Psicológica, recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, a (o) psicóloga (o) organizacional é uma (um) profissional cuja atuação está voltada prioritariamente para a garantia da Saúde Mental e Ocupacional da (o) trabalhadora (or).

Segundo Glória Maria de Jesus Conceição (CRP 05/3297), psicóloga com mais de 30 anos de experiência na área e sócia-diretora da Rheeliza As-



## ATENÇÃO

Se você possui uma empresa, inscrita ou não no CRP-RJ, que presta serviços de Psicologia na área de Recursos Humanos e foi notificado pelo Conselho Regional de Administração a pagar uma multa, entre em contato com a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ pelo e-mail [cof@crprj.org.br](mailto:cof@crprj.org.br) ou pelo nº (21) 2139-5400.

Para saber mais, acesse: [www.crprj.org.br/site/psicologia-organizacional-e-do-trabalho/](http://www.crprj.org.br/site/psicologia-organizacional-e-do-trabalho/)

sessoria em Desenvolvimento de Pessoas, “com o passar do tempo, a Psicologia Organizacional foi ampliando sua atuação, colocando-se como aliada estratégica das empresas e instituições, intermediando os interesses, necessidades e demandas corporativas com as do corpo funcional”.

“Hoje, depois de 40 anos, o que encontramos é um forte papel do psicólogo dentro das organizações, influenciando políticas voltadas para o bem-estar e crescimento profissional das pessoas, assessorando as lideranças no seu papel de gestor de pessoas e participando das decisões estratégicas das empresas”, acrescenta a psicóloga.

Para Glória, “a maior contribuição da Psicologia Organizacional é o fato de ter conseguido fazer entender, aos dirigentes de empresas e instituições, que somente através de pessoas comprometidas com a organização, apaixonadas pelo que fazem, conseguiriam alcançar seus resultados, metas e objetivos”.

A psicóloga Vera Lúcia de Souza (CRP 05/1610), mestre em Psicologia, dou-

tora em Engenharia de Produção e professora da Fundação Getúlio Vargas, destaca que a atuação da (o) psicóloga (o) é fundamental nos espaços institucionais por trazer uma visão mais humanista para os processos de gestão de pessoas.

“Desde 1996, os resultados de pesquisas realizadas, por exemplo, pela Organização Mundial de Saúde e Agência Europeia para a Segurança e a Saúde do Trabalho comprovam que estratégias de exclusão, adotadas em número crescente pelas organizações contemporâneas, objetivando o enfrentamento das pressões competitivas, provocam doenças decorrentes do estresse na medida em que a exclusão do indivíduo da vida econômica produz enorme sofrimento”, explica.

Vera destaca que uma possível aprovação do PL nº 439/2015 põe em risco não apenas a multidisciplinaridade que caracteriza o espaço do RH e potencializa a atuação da Psicologia, como também compromete o cuidado com a Saúde Mental e Ocupacional da (o) trabalhadora (or) nas instituições.

“É inconteste que a Função RH é multidisciplinar. A busca do atendimento das exigências da lógica da financeirização, que fundamenta modelos e práticas de gestão contemporâneos, requer uma atuação de profissionais vinculados à Função RH centrada em competências e resultados. O foco no cargo, que caracteriza a lógica mecanicista, significa um retrocesso. O enfrentamento dos desafios organizacionais contemporâneos demanda contribuições de perfis profissionais distintos”, argumenta a psicóloga.

Nesse sentido, a proposta de subordinar os processos de trabalho na gestão de Recursos Humanos à (ao) profissional de Administração configura um ultraje à autonomia técnico-científica da Psicologia e um retrocesso em relação às práticas de cuidado com a (o) trabalhadora (or). Além disso, o PL representa um contrassenso no que diz respeito às novas demandas que vão surgindo no ambiente institucional, cada vez mais complexo, baseadas numa gestão de RH que preconize a saúde das (os) trabalhadoras (res) pela ótica da multidisciplinaridade. ●



Plenário da ALERJ lotado durante audiência pública contra extinção da SEASDH

ARQUIVO CRP-RJ

**EXTINÇÃO DA SEASDH FAZ PARTE DO PACOTE DE AUSTERIDADE PROPOSTO PELO GOVERNO DO ESTADO, QUE PREVÊ A SUSPENSÃO DE DIVERSOS DIREITOS SOCIAIS.**

Durante o mês de outubro de 2016, uma grave ameaça rondou a Assistência Social no estado do Rio: a possibilidade de extinção da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Considerada nos bastidores do Palácio Guanabara como necessária para o reequilíbrio fiscal das contas públicas, a proposta logo provocou o grito de gestores, trabalhadores e usuários dessa política, que imediatamente mobilizaram-se para tentar barrar mais esse retrocesso na seguridade social brasileira.

Porém, apesar de toda essa mobilização, foi assinado pelo governo do estado, em 3 de novembro, o Decreto nº 45.809, que, entre outras medidas, extinguiu a SEASDH, incorporando a Assistência Social à Secretaria de Saúde e deixando no ar uma série de lacunas quanto aos

## DESMONTE DA SEASDH TRAZ INCERTEZA SOBRE OS RUMOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO RIO

impactos da medida sobre o financiamento, a gestão e execução da política de Assistência nos 92 municípios do estado do Rio.

“O desmonte da SEASDH, e a incorporação à Secretaria de Saúde, deixou indefinidas uma série de questões que, provavelmente, darão origem a problemas que precisarão ser equacionados”, afirma o psicólogo Achilles Miranda Dias (CRP 05/27415), conselheiro integrante da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ.

Para ele, a extinção da SEASDH criou um clima de insegurança

para os gestores, trabalhadores e usuários da política, deixando, incógnitas, questões que, se não forem rapidamente solucionadas, poderão, no médio e longo prazo, comprometer a continuidade no trabalho desenvolvido.

A política de Assistência é organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema público, descentralizado e participativo cuja gestão é compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais, tendo cada um deles responsabilidades específicas na gestão. Poderia, portanto, o desmonte da SEASDH comprometer esse pac-

to federativo e provocar o retrocesso dessa política em nosso estado?

Achiles explica que, para integrar o SUAS e, com isso, garantir o repasse de verbas para essa política, é necessário ter um conselho de Controle Social, um fundo e um plano estadual de Assistência. Mesmo tendo abolido a SEASDH, o estado do Rio continua contando com o Conselho Estadual de Assistência, além do Fundo e do Plano Estadual.

Por isso, argumenta o psicólogo, a problemática principal a partir de agora é como vai se dar a gestão dessa política. Segundo ele, para além da estruturação da Secretaria, a prioridade é pensar de que maneira a política será executada, se estará de acordo com as diretrizes do SUAS e se o Estado vai manter sua responsabilidade no cofinanciamento dos serviços socioassistenciais nos municípios.

O conselheiro do CRP-RJ aponta também a indefinição quanto à ges-

tão dos recursos. “Com a perda do status de secretaria, a Assistência virou uma subsecretaria. A princípio, o ordenador das despesas passa a ser o secretário de Saúde. Saúde e Assistência têm fundos diferentes. Como se dará a gestão orçamentária da secretaria e o cofinanciamento para os municípios?”, questiona.

“A incorporação da Assistência Social à pasta da Saúde torna-se ainda mais preocupante com a exoneração, em breve, de parte do corpo técnico da SEASDH, aumentando a fragilidade da gestão dessa política neste momento crucial, e com a extinção de importantes programas sociais, como o Renda Melhor, complemento do Bolsa-Família, e o Aluguel Social, agravando a situação de vulnerabilidade social de seus beneficiários”, destaca.

“Como disse”, afirma, por fim, Achiles, “a gestão da política de Assistência está agora subordinada ao atual gestor da Saúde. Como o secretário de Saúde enxerga a política de As-

sistência? Qual orientação política será dada? As demandas da Assistência ficarão secundarizadas em relação às da Saúde?”.

Como se pode ver, muitas são as interrogações e poucas são as respostas, especialmente no que se refere à reorientação da direção estadual do SUAS para a Secretaria de Saúde. Porém, fica clara a possibilidade de menor número de postos de trabalho e agravamento das vulnerabilidades das famílias usuárias dos serviços.

Apesar de ainda não ser possível precisar todos os efeitos da extinção da SEASDH sobre a política de Assistência, é possível perceber, de imediato, seu impacto simbólico: com a medida, o governo do estado deixa bem claro que as políticas sociais e a garantia de direitos às parcelas mais vulneráveis da população não são prioridade. ●

## AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O DESMONTE DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LOTA PLÊNARIO DA ALERJ

A audiência pública contra a extinção da SEASDH lotou o plenário da ALERJ na tarde do dia 17 de outubro.

O CRP-RJ marcou presença na audiência pública, representado pela conselheira-presidente, Diva Lucia Gautério Conde (CRP 05/1448), o conselheiro-secretário, Thiago Melício (CRP 05/35915), e os conselheiros Achiles Miranda Dias (CRP 05/27415), Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), Alexandre França (CRP 05/32345), Mônica

Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523) e Rita de Cássia Louzada (CRP 05/11838), além da assessora de Políticas Públicas, Fernanda Haikal Moreira (CRP 05/34248), e da colaboradora Paula Smith (CRP 05/34667).

Abrindo a sessão, o deputado Carlos Minc rechaçou a extinção da SEASDH e defendeu que o impacto nas finanças do estado, com o fim da secretaria, não seria significativo. “O orçamento da secretaria é de R\$ 300 milhões. No orçamento do governo previsto para 2017, há R\$ 33 bilhões de renúncia fiscal. Sabe-



CRP-RJ marca presença na audiência pública contra desmonte da SEASDH

mos que há crise, mas não podemos enxugar o orçamento com o corte de direitos”.

Para ver a cobertura completa da audiência pública e para conferir também a nota de repúdio do CRP-RJ à extinção da SEASDH, acesse nosso site pelo link: <[www.crp-rj.org.br/site/category/assistencia/](http://www.crp-rj.org.br/site/category/assistencia/)>.

## RODA DE CONVERSA DEBATE A CONJUNTURA BRASILEIRA ATUAL



Roda de conversa reúne participantes no auditório do CRP-RJ no dia 8 de outubro

Em comemoração ao Dia do Psicólogo Latinoamericano – fixado em 8 de outubro pela União Latinoamericana da Psicologia (ULAPSI) – o CRP-RJ promoveu, na mesma data, no auditório da sua sede, na Tijuca, a Roda de Conversa “A Conjuntura Brasileira Atual: questões para a Psicologia e para psicólogas (os)”.

Coordenada pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), a roda de con-

versa contou com falas de Luís Alberto Nogueira Alves, professor da Faculdade de Letras da UFRJ, Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), ex-presidente do CRP-RJ e membro da Equipe Clínico-Política do RJ, e Marinaldo Santos Silva (CRP 05/5057), presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI-RJ).

O evento também contou com a participação das psicólogas Rita de Cássia Louzada (CRP 05/11838), conse-

lheira do CRP-RJ e representante do núcleo Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Carolini Cunha, representando o núcleo Rio da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), e Fernanda Magano (CRP 06/41191), presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

A cobertura completa desse debate está disponível em nosso site. Acesse <[www.crprrj.org.br](http://www.crprrj.org.br)> e confira! ●

## CRP-RJ COMEMORA DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

### COMEMORAÇÃO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA TEM DEBATE E EXIBIÇÃO DO FILME “MENINO 23”

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra – celebrado nacionalmente em 20 de novembro –, o CRP-RJ organizou, no dia 19 de novembro, no auditório da sua sede, na Tijuca, o evento “A Psicologia, a Produção de Subjetividades e a Reparação da Escravidão no Brasil”.

Para instigar a reflexão e o debate sobre o tema, foi exibido com exclusividade o filme “Menino 23: Infâncias

Perdidas no Brasil”. Baseado na tese de Sidney Aguilar Filho, o documentário se desenrola a partir da descoberta de tijolos marcados com suásticas nazistas em uma fazenda no interior de São Paulo.

O filme, então, acompanha a investigação do historiador Sidney Aguilar e a descoberta de um fato assustador: durante os anos 1930, cinquenta meninos negros foram levados de um orfanato no Rio de Janeiro para a fazenda onde os tijolos foram encontrados. Lá, foram submetidos ao trabalho escravo por uma família que fazia parte da elite política e econô-

mica do país e que não escondia sua simpatia pelo ideário nazista. Dois sobreviventes desse episódio revelam suas histórias pela primeira vez.

A seguir, aconteceu um debate conduzido por Viviane Pereira (CRP 05/31297), psicóloga do Município do Rio de Janeiro e integrante do Kitembo (Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afrobrasileira), Cláudia Ferreira Pinto (CRP 05/19503), psicóloga e membro do Movimento pela Reparação do Povo Negro, e Israel Silva de Oliveira, professor da Rede Estadual de Ensino e pós-graduado em História da África pela UFF.

Para continuar acompanhando a cobertura desse evento, acesse <[www.crprrj.org.br/site/category/relacoes-raciais/](http://www.crprrj.org.br/site/category/relacoes-raciais/)> e confira! ●

# CRP-RJ PRESENTE: INDO ONDE A (O) PSICÓLOGA (O) ESTÁ

Uma das principais diretrizes políticas da atual gestão do CRP-RJ é ampliar os dispositivos de diálogo com as (os) psicólogas (os) e estudantes, fortalecendo a representatividade do Conselho em espaços e instituições do estado do Rio de Janeiro.

Nessa nova seção do Jornal do CRP-RJ, “CRP-RJ Presente”, você acompanha a agenda das principais atividades das (os) conselheiras (os) pelo estado do Rio.

## SUL FLUMINENSE

- **Roda de Conversa: Gênero e Raça na UFF de Volta Redonda** | Data: 18 de outubro | Presente: Maria da Conceição Nascimento
- **Roda de Conversa : A extinção da SEASDH na UFF de Volta Redonda** | Data: 29 de outubro | Presente: Juliana Gomes da Silva
- **Palestra sobre o Código de Ética na Faculdade de Barra Mansa** | Data: 7 de novembro | Presente: Sílvia Ignez

## REGIÃO SERRANA

- **Solenidade de inauguração do curso de Psicologia da FASE/ FMP de Petrópolis** | Data: 10 de setembro | Presente: Ismael Eduardo Machado Damas
- **Oficina: Elaboração de Documentos Psicológicos na Estácio de Nova Friburgo** | Data: 18 de novembro | Presente: Ismael Eduardo Machado Damas

## NORTE - NOROESTE FLUMINENSE

- **Roda de Conversa: Relações entre o SUAS e o Sistema de Justiça em Macaé** | Data: 19 de outubro | Presente: Achilles Miranda Dias
- **Aula de encerramento da turma de graduação de Psicologia da Universidade Fundação São José de Itaperuna** | Data: 8 de novembro | Presente: Evelyn Rebouças de Gouvêa
- **Formatura da 1ª turma de Psicologia da UFF de Campos dos Goytacazes** | Data: 18 de novembro | Presente: Evelyn Rebouças de Gouvêa



## BAIXADA FLUMINENSE

- **Mesa de abertura da Semana de Psicologia da SEFLU/ Nilópolis** | Data: 24 de outubro | Presente: Mônica Valéria Affonso Sampaio
- **Reunião de psicólogos (os) de Nova Iguaçu** | Data: 2 de dezembro | Presente: Juliana Gomes da Silva

## RIO DE JANEIRO E NITERÓI

- **Semana de Psicologia da Estácio de Sulacap** | Data: 26 de setembro | Presente: Juraci Brito da Silva
- **Reunião do Colegiado de Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro** | Data: 31 de outubro | Presente: Rodrigo Acioli Moura
- **Aula sobre o Código de Ética no IGT** | Data: 3 de novembro | Presente: Sílvia Ignez
- **Debate sobre o início da prática clínica na FAMATH em Niterói** | Data: 7 de novembro | Presente: Paula Land Curi
- **Reunião do Fórum Nacional de Trabalhadoras (es) do SUAS no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro** | Data: 12 e 13 de novembro | Presente: Achilles Miranda Dias
- **Encontro da ABRAPSO no Rio de Janeiro** | Data: 24 de novembro | Presente: Juliana Gomes da Silva e Roseli Goffman
- **Palestra: Formação em Psicologia na Estácio do Norte Shopping** | Data: 28 de novembro | Presente: Rodrigo Acioli Moura

# AFINAL, OCUPAR PRA QUÊ?

SERÁ QUE AS COISAS VÃO  
MUDAR? PRA QUE VAI SERVIR?

**POR GIOVANNA MARAFON**

PSICÓLOGA (CRP 05/30781), CONSELHEIRA DO CRP-RJ, PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE (UERJ)

Logo depois do início das movimentadas ocupações em escolas de Ensino Médio em São Paulo, em novembro de 2015, estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também ocuparam diversas unidades desta Universidade. Das escolas para as universidades, estudantes protagonizam a agonia dos sucateamentos dirigidos à educação pública no país. Embora existam semelhanças, e insurreições, não há nas ocupações uma teoria geral das ações, não há modelos gerais que possam ser aplicados. Em 2016 já são mais de mil escolas de Ensino Médio e centenas de universidades ocupadas no Brasil.

As ocupações estudantis são realizadas por estudantes e apoiadas por docentes, familiares, comunidade local, movimentos sociais etc. Recebem contribuições às atividades que organizam e doações de mantimentos e de recursos para um cotidiano partilhado e gerenciado por estudantes. As reportagens televisivas, como a referente ao adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2016



*Ocupações de escolas e universidades resgatam a força do movimento estudantil brasileiro*

em unidades ocupadas, a despeito de terem culpabilizado estudantes, veicularam imagens estéticas e políticas de reivindicações e afirmações. Fizeram ver como estudantes estão engajando-se para aquém e além da já conhecida e reiterada posição de aluno em escolas organizadas hierarquicamente.

Em exercício de coabitar, nas ocupações existe a possibilidade virtual de tomar um território escolar como algo a ser desterritorializado. As redes sociais são também utilizadas, como plataformas de informação, comunicação e agendamento das atividades nas escolas. O acontecimento que tem possibilitado a criação de um campo (contra) discursivo comum a essas ocupações é a resistência e revolta quanto à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) trazida à votação em regime especial pelo governo Michel Temer, aprovada pela Câmara dos

Deputados (PEC 241/2016) e que seguiu para votação no Senado (PEC 55/2016). Prevê ajustes fiscais, com cortes no orçamento público destinado à educação e à saúde e a programas sociais (reajustado apenas pela inflação) durante os próximos 20 anos.

Parafraseando Michel Foucault, em texto publicado inicialmente no jornal francês *Le Monde*, em consideração ao que se passava no Irã, em 1979: “É inútil revoltar-se?”, poderíamos perguntar: do que valerá revoltar-se? Será inútil? Ficará tudo como antes? As ocupações em escolas, especificamente, têm nos mostrado que há variações sendo produzidas, outras sensibilidades, relações diferenciadas e em diferenciação entre ocupantes e as políticas, inclusive aquelas do viver. Estudantes insistem em nos dizer que sabem experimentar as escolas de outros jeitos. Como pistas que sugerem passa-



Na foto: ocupação do colégio estadual Prefeito Mendes de Moraes, na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio

gens e entradas movediças, meios para começar, as ocupações nas escolas deixam rastros; vamos acompanhá-los.

No Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, nas unidades Realengo e Humaitá, estava na mira da “Recomendação nº 49” do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, de setembro de 2016, para a imediata retirada de cartazes com os dizeres “Fora Temer”, afixados no interior daquelas duas unidades escolares. A nota sinalizava para discursos semelhantes, com os mesmos termos, presentes no Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, que tramita no Rio de Janeiro como PL 867/2014, havendo vários similares em outros estados e municípios, e no Senado Federal como PL 193/2016. A nota entendia que, no Colégio, estaria acontecendo “doutrinação política e ideológica” e “defesa explícita de posições políticas, ideológicas e partidárias”, argumentos também presen-

tes no que é chamado pelos estudantes de PL “Escola da Mordaça”.

Somava-se ainda, no cenário político de disputas e dissensos que envolvem a comunidade escolar, a Medida Provisória (MP) 746/2016, que propõe mudanças na Base Nacional Comum Curricular, afetando diretamente o ensino médio no país. Diminui as matérias obrigatórias, a ênfase cultural e a formação ética e exclui explicitamente as disciplinas de artes, sociologia e educação física. Argumenta pela ampliação do ensino (em tempo) integral e prevê a contratação, sem concurso, de professores que apresentem “notório saber” em áreas de ensino técnico. Assim, estudantes dizem: “Ao congelamento de gastos, à imposição da reforma e principalmente à lei da mordaça, estamos dizendo NÃO” (da página Ocupa Real II).

Até a escrita deste artigo, estudantes cotistas e bolsistas da Faculda-

de de Educação da Baixada Fluminense da UERJ, em Duque de Caxias, sem o pagamento de suas bolsas, deram início a uma nova ocupação. Concomitantemente, completou-se um mês da ocupação no Colégio Pedro II em que esta organização estudantil realizou ampla variedade de ações. A imagem que apresenta a página do Facebook tem uma foto de jovem, cujo rosto pode ser de estudante qualquer, contendo a identificação dos símbolos daquela instituição. Trata-se de um rosto não personificado em um só corpo, mas corpos discentes, *todxs* e qualquer *umx*, corpos de ocupação. No texto declamado por uma aluna na assembleia de um mês da ocupação:

*Para além da reivindicação de um espaço, ocupar é também um discurso simbólico corporal (...)  
É através dos corpos ocupantes que criamos redes de solidariedade, aproximando as pessoas no âmbito físico e permitindo que se reconheçam nas opressões que sofrem (idem).*

Fonte: [www.facebook.com/ocupaCP2real/](http://www.facebook.com/ocupaCP2real/)

Os corpos de ocupação criaram comissões. Inventaram oficinas, de variadas temáticas, como cartazes (e assim produziram material de divulgação e comunicação), bem como: oficinas de yoga, cultura africana, dança, gênero, lutas, capoeira, inclusão, retórica, tarô, literatura, leite e seus derivados, origem dos alimentos que comemos, meditação, Teatro da Acácia, fotografia, entre outras. Também desenvolveram atividades culturais e palestras – com professores e estudantes universitários – a respeito de: neurolinguística, efeitos da PEC, ONG’s e projetos sociais, Michel Foucault, drogas, jovens embaixadores e oportunidades internacionais, PL “Escola sem partido”, retórica, autoestima e pressão pré-Enem, mulheres na história, educação e capitalismo. Receberam variadas doações. Realizaram, ain-



*Mobilizações dos estudantes em prol de uma educação pública e democrática se espalham pelo Brasil em 2016*

da, debate sobre educação popular e diversos aulões para exames (de português, redação, biologia, história, geografia, química, matemática, física), assim como aulas (de história de momentos específicos, economia, redação para o Enem). Organizaram e dinamizaram reuniões de estudantes, reuniões com pais e professores, monitorias com os próprios estudantes e professores (de francês, alemão, teoria musical). Fizeram vários mutirões de limpeza (#ocuparécuidar), produziram cinedebates (drogas, gênero e sexualidade) e com séries (feminismos e TV). Agenciaram rodas de conversa (a respeito de: gênero, universidades populares, relacionamentos abusivos, juventude e mercado de trabalho – efeitos da PEC 241, direitos humanos, distopias e utopias, a importância de coletivos feministas em escolas e

universidades, o papel do homem dentro do movimento feminista). Elaboraram encontros de: apresentação musical, dança africana, sarau e jongo. Tiveram uma feira de africanidades. Organizaram e participaram de campeonato de futsal, atos e manifestações no centro da cidade, estudos sobre a PEC 241 e sobre o PL “Escola sem partido”. Receberam visita e apoio de artistas renomados, desenvolveram atividade com a presença da Anistia Internacional e realizaram o Festival Ubuntu. Em um mês!

Com esse panorama de atividades, ações e implicações políticas que tomam corpo e lugar nas ocupações, podemos pensar com os jovens (não por eles, para eles ou sobre eles). Mas, pensar COM. Jovens estudantes do movimento de ocupação dizem o que desejam: “Queremos uma es-

cola democrática e, visto que o governo não está disposto a negociar conosco ou nos ouvir, alunos do colégio Pedro II, que temos histórico de luta, mostraremos e construiremos a escola que queremos”. E, por fim, no panfleto unificado de todos os *campi* do Colégio Pedro II, por que e para que ocupam: “Queremos, com a ocupação, mostrar que a educação é para nós, estudantes, e ninguém pode tirar o nosso direito de lutar por ela e garantir que as próximas gerações tenham direito a um ensino melhor que o que tivemos”.

Se ocupar, afinal, não for um fim, mas um meio para começar... vamos às ocupações?

A íntegra desse artigo pode ser conferida em nosso site pelo link: <[www.crprj.org.br/site/category/jornal/](http://www.crprj.org.br/site/category/jornal/)>. ●

## DEBATE: Em defesa da liberdade, contra o Escola sem Partido

Cartaz de divulgação do Debate: Em defesa da liberdade, contra o "Escola sem Partido"

16 de setembro  
de 2016  
de 14h às 21h

CCS/CRP-RJ

# DEBATE CONTRA O PL "ESCOLA SEM PARTIDO" REÚNE 150 PESSOAS NO RIO

Aproximadamente 150 pessoas, entre psicólogas (os), estudantes de Psicologia e profissionais de áreas afins, marcaram presença, no dia 16 de setembro, na UNIRIO, no Rio de Janeiro, para refletir, problematizar e debater as propostas do projeto de lei conhecido como "Escola sem Partido".

"Debate: Em defesa da liberdade contra o Escola sem Partido" foi o tema do evento, organizado pelas Comissões de Educação e de Direitos Humanos do CRP-RJ em parceria com a UNIRIO, a UFF e o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro.

A realização do evento foi uma estratégia do CRP-RJ em debater, junto a psicólogas (os) e demais profissionais do campo educacional, não apenas os impactos nefastos desse PL sobre o sistema de ensino brasileiro, como também o crescente movimento de judicialização e privatização da educação pública.

É importante destacar que o PL "Escola sem Partido" ganha força dentro de um cenário político e histórico em que uma avalanche de outros projetos, produzidos tanto pelas instituições privadas quanto pelas diversas esferas legislativas, é literalmente despejada na rede de

ensino, a maioria deles desconhecendo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e até mesmo a Constituição Federal.

O evento contou com duas mesas de debates: "O que quer o 'Escola sem Partido' no atual contexto político?" e "O que a 'pedagogia da mordada' quer silenciar?".

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site. Acesse: <[www.crprj.org.br/site/category/educacao](http://www.crprj.org.br/site/category/educacao)> e veja como foi esse debate! ●

EDUCAÇÃO



Auditório da UNIRIO lotado durante debate sobre o PL "Escola sem Partido"

ARQUIVO CRP-RJ

# POLÍTICAS TEMERÁRIAS

**POR EMERSON ELIAS MERHY**  
(DOCENTE DE SAÚDE COLETIVA DA UFRJ)  
**E LAURA CAMARGO**  
**MACRUZ FEUERWERKER**  
(DOCENTE DE SAÚDE COLETIVA DA FSPUSP)

Você sabe o que é um fundo público e o que ele pode ter a ver com todo esse desmonte que o governo atual está fazendo no campo das políticas sociais? Bem, talvez não seja tão difícil entender isso, nesse momento, em que, de modo quase cirúrgico, cada ato do governo Temer em relação às políticas governamentais chega com precisão na destruição do que muitos considerariam ganhos – da sociedade brasileira – na luta por menos desigualdade e distribuição mais democrática de suas riquezas materiais e simbólicas.

Em primeiro lugar, imagina que um governo coleta dinheiro de várias fontes, como: impostos, taxas, ganhos em atividades de serviços, entre outras. Isso forma um grande fundo público que pode ser dividido em partes e destinado a vários tipos de ações governamentais, em áreas econômicas e sociais, por exemplo.

Veja que é isso que acontece quando uma constituição coloca que, no país, uma parte de um certo fundo público tem que ser usada em um certo tipo de política, como no caso de dizer que uma porcentagem da arrecadação do governo deve obrigatoriamente ser gasta no campo da educação pública e da saúde. E,

com isso, subtrai, do grande fundo público, uma parte que terá um destino definido em um certo campo de políticas de governo.

Agora, imagina que, para uns, a educação é um investimento e, portanto, uma área de gasto governamental que irá contribuir para melhorar a construção das riquezas do país e, inclusive, melhorar as condições de viver do conjunto dos seus cidadãos, ou seja, não só é um investimento, como um direito social de qualquer um que vive nesse país.

Porém, veja que há outros que afirmam que a educação não é um investimento social, mas um gasto e que só poderia estudar quem pudesse pagar por isso, pois educação é uma mercadoria que o setor privado tem que vender. Para esses, é um erro uma constituição colocar que há o direito universal à educação básica e que o Estado deve garanti-lo.

Assim, deve ficar claro para você que a formação de um fundo público, a sua finalidade e uso dependem do tipo de sociedade que se quer produzir, e do modo como alguém entende sobre para que serve um governo e as políticas públicas. Ou seja, deve ficar claro que há uma disputa social bem forte pela construção e uso dos fundos públicos.

Podemos fazer o mesmo exercício no campo da saúde e no da previdência social. Se é definido que a

saúde de qualquer um vale a pena ser vivida com qualidade e a necessária proteção, como a Constituição de 1988 afirma no artigo 196, é óbvio que a saúde é um direito de todos, um dever do Estado e uma riqueza social.

Mas, se para outros a saúde é uma mercadoria que você compra no mercado da saúde, é um desperdício de gasto essa ideia de saúde como direito universal a ser garantido constitucionalmente, ainda mais com gastos que em vez de serem vistos como investimentos, seriam vistos como gastos inúteis.

Pois bem, isso também é válido no caso da previdência, no qual garantir a aposentadoria de um trabalhador, que já chegou em certa idade ou mesmo já trabalhou muito tempo, seria um gasto inútil, improdutivo.

Ora, desde os anos 2003, no primeiro governo Lula, vem se aprofundando uma ideia em certos campos de políticas sociais, em particular saúde e educação, que esses são direitos constitucionais fundamentais, que devem ser garantidos pelas políticas governamentais, como afirma a Constituição.

Mesmo que o governo Lula e o da sua sucessora não sejam exemplares na garantia do financiamento necessário a essas áreas, pois, apesar de adotarem políticas democratizantes do acesso à saúde e à educa-

ção, tentaram juntar movimentos entre investimentos públicos em certas áreas sociais e econômicas (veja a ação favorável ao investimento público no Pré-Sal) e investimentos privados maciços nas mesmas.

Veja que, na área da saúde, os valores investidos pela área privada são levemente maiores que pela pública, mostrando que nos últimos anos desses governos, que consideram o direito universal à saúde como constitucional, apostou-se em um uso misto dos fundos públicos. Em parte, para criar e ampliar as ações no campo público e, por outra parte, no privado. Quando o governo concede benefícios para alguém do setor privado, como alguns hospitais lucrativos, por “ajudarem” na construção do Sistema Único de Saúde, está realizando uma cessão de parte do fundo público para beneficiar o setor de mercado.

Na saúde suplementar, desde antes do governo Lula, vem se incentivando descontos no imposto de renda para quem compra serviços do mercado da saúde. Isso representa uma renúncia fiscal, pois o governo deixa de recolher impostos, o que, na prática, corresponde a transferir dinheiro do fundo público para o setor privado. Ou seja, de fato, todo o povo brasileiro paga para que um quarto da população usufrua de serviços privados de saúde.

Mas, pense você como isso pode ser bem mais radical ainda quando um governo considera que qualquer gasto com direitos sociais é um desperdício de recursos, pois deveriam ser usados somente no campo econômico para beneficiar os setores empresariais.

Se você ficar atento às manifestações dos ministros da Saúde e da Educação do governo Temer, verá que eles consideram que essas áreas deveriam ser totalmente privatizadas.

O ministro da Saúde afirmou que o Sistema Único de Saúde é um gasto desnecessário e que o ideal é que cada um tivesse o seu plano de saúde. Ou seja, a saúde não seria um bem universal, mas um bem privado, que se obtém comprando no mercado. Além disso, a saúde é vista somente sob o ângulo da doença e como problema médico, ao contrário do SUS, que a entende como qualidade do modo de viver, dependente de todas condições do viver e não só como problema médico.

O ministro da Educação vem batilhando para a privatização de toda educação pública, do fundamental ao superior.

### "A vingar o modelo proposto pelo governo Temer, teremos uma sociedade com menos investimento no campo social e aumento real da desigualdade, penalizando especialmente as dezenas de milhões mais pobres".

Esse governo traduz o conjunto desses posicionamentos com a PEC 241, aprovada pela Câmara Federal em outubro de 2016, apostando que os gastos com a saúde, a educação e a previdência é que são responsáveis pela crise brasileira. Por isso, precisam acabar com sua obrigatoriedade, privatizando esses setores, excluindo dos benefícios a população que não é capaz de pagar e gastando o principal dos recursos do fundo público com o setor privado.

Só por esse pequeno exemplo é possível ver que há uma disputa acirrada pelo que pode ser o futuro do

Brasil. A vingar o modelo proposto pelo governo Temer, teremos uma sociedade com menos investimento no campo social e aumento real da desigualdade, penalizando especialmente as dezenas de milhões mais pobres. Ou seja, segundo essa linha de apostas, o país pode produzir mais riqueza, mas terá também mais pobres.

Aliás, esse modelo de organização vem sendo adotado em vários países e não é à toa que estamos assistindo a um aumento brutal da violência entre os distintos povos.

Esse modelo, que corresponde à organização neoliberal selvagem da sociedade, apesar de ter dado péssimos resultados em alguns países, como a Grécia, vem sendo receitado como solução pelos organismos internacionais, dependentes dos projetos americanos, para o mundo.

A tal “Ponte para o Futuro” pode ser uma construção bem dramática de uma sociedade no Brasil, impossível de se construir na paz.

As experiências mundiais vêm mostrando que uma agenda política desse tipo, que, de fato, destrói o futuro de várias gerações, só é possível com base no medo e com muita repressão e ameaça. Hoje estamos iniciando um período bem temeroso.

Respirar movimentos como das ocupações das escolas, com a luta por nenhum direito a menos, é estar próximo das iniciativas que desenharam efetivamente, afinal de contas, para que e para quem servem os fundos públicos.

Educação e Saúde são direitos fundamentais; são investimentos e não gastos, e, como tal, devem ser defendidas. Tem que ser compromisso do Estado garanti-las com seus fundos públicos. O resto é bobagem. ●

# PSICOLOGIA E RESISTÊNCIA



CAPA

A palavra “resistência”, como uma afirmação política e ideológica contrária a certos projetos instituídos de poder, firmou-se como o principal combustível para os movimentos populares dos séculos XIX e XX, fermentando, com isso, importantes episódios da história contemporânea da humanidade. Nesse início de século XXI, com a expansão viral das mídias sociais e demais tecnologias de comunicação, novos modos de resistir roubaram a cena.

A internet tem facilitado a circulação multidimensional das informações, fragilizando o controle exercido pelas grandes corporações midiáticas e favorecendo o acesso democrático às informações. Com isso, a resistência, anteriormente atrelada prioritariamente ao espaço da cidade – onde eram catalisadas manifestações públicas, paralisações trabalhistas e embates armados, por exemplo –, passa, com o advento das mídias sociais, a ser metabolizada no ambiente virtual, que se tornou palco para o

debate de ideias, a troca de informações e a expressão de posicionamentos políticos.

O ato de resistir, portanto, pulverizou-se em novas plataformas de mobilização e encontros e ganhou configurações diferenciadas que desafiam a antiga lógica linear de resistência pautada, em termos gerais, num movimento capitaneado por determinada personalidade ou grupo político e guiado por certos princípios ideológicos. O que não quer dizer, contudo, que a resistência tenha sido esvaziada em sua potência simbólica. Pelo contrário: desde a publicação de um pequeno *post* na rede social às palavras de ordem de milhares de manifestantes nas ruas e praças, resistir permanece um ato político de contestação a certa ordem social, política, econômica e/ou cultural vigente.

“Resistência é um termo polissêmico, podendo assumir diferentes significados de acordo com o contex-

to em que é enunciado e de quem o enuncia. De maneira geral, é possível compreendê-la como uma força de oposição a uma determinada ordem. Trata-se de um uso impregnado pela semântica política moderna, que remonta ao direito de resistência presente no quadro da Revolução Francesa”, explica a psicóloga Fernanda Canavêz (CRP 05/32285), doutora em Teoria Psicanalítica e professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

No dramático cenário atual em que a democracia é frontalmente golpeada, as liberdades, violadas, e os direitos constitucionalmente garantidos vêm sendo ignorados, resistir é mais urgente do que nunca. Porém, o que a Psicologia tem a ver com tudo isso? De que forma nós, psicólogas (os), podemos resistir, em nossas práticas cotidianas, a esse projeto de poder conservador que devasta os Direitos Humanos, apaga as diferenças e silencia as diversidades?



Foto 1: Participante durante ato em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial em 2014

Foto 2: Ato contra a nomeação de Valencius Wurch para a Coordenação de Saúde Mental concentra manifestantes no Centro do Rio

Foto 3: Grafite do artista britânico Banksi simboliza a resistência como um ato de criatividade e inovação

Foto 4: Batalhão de Choque a postos em protesto durante a Cúpula dos Povos em 2012



## Práticas de resistência

Em linhas gerais, pode-se dizer que o exercício da Psicologia esteve, desde o século XIX, bastante familiarizado com o conceito de resistência, que esteve presente no desenvolvimento da clínica psicológica, desempenhando um papel fundamental, inclusive, no nascimento da Psicanálise.

Júlio César Nicodemos (CRP 05/34432), psicanalista, supervisor clínico-institucional na Rede de Atenção Psicossocial e professor

da Universidade Salgado de Oliveira, afirma que, para a Psicanálise, “a resistência constitui-se como um conceito fundamental para pensar os avanços de Freud no tratamento da neurose”. Segundo ele, “nesse caso, a resistência pode ser lida como um efeito da estrutura neurótica que, a princípio, foi atribuído ao ego e, anos depois, às outras instâncias psíquicas. Desse modo, a resistência foi o que permitiu a invenção da Psicanálise”.

Durante muitos anos, porém, prevaleceu, no campo clínico da Psicologia e da Psicanálise, a interpretação da resistência como um mero obstáculo ao processo analítico. Essa leitura, muito associada à mentalidade positivista que dominava a Medicina e a Psiquiatria na época, reduzia a resistência a uma conotação negativa, esvaziando-a em sua potência, como se ela se tratasse apenas de um entrave estabelecido pelo sujeito ao fluxo terapêutico.

Na avaliação de Fernanda Canavêz, é preciso pensar as resistências na prática clínica para além desse binarismo conceitual “negativo x positivo”, reconhecendo-as como “forças que respondem pela contínua invenção de si e não exatamente pela cristalização de identidades”.

“O início do pensamento freudiano indica uma perspectiva de resistência que a toma como oposição a algo, como defesa ante a revelação de uma verdade sobre o sujeito, verdade inconsciente ligada à causa dos sintomas. Mas a passagem para a sua 2ª tópica traz as resistências em seu caráter múltiplo, que respondem pela própria constituição do aparelho psíquico em suas diferentes instâncias. Essa segunda visada me agrada mais, ou seja, a possibilidade de pensar a resistência como força primeira – um movimento, se assim você preferir – de afirmação”, defende a professora da UFRRJ.

*Marcha Mundial das Mulheres acontece no Rio de Janeiro durante Cúpula dos Povos realizada em 2012*



Paula Kwamme Latgé (CRP 05/38749), conselheira do CRP-RJ e psicóloga da Equipe de Referência para Ações de Atenção ao Uso de Álcool e outras Drogas (ERIJAD) da Prefeitura de Niterói, defende que “a resistência em Psicanálise possibilita a abertura de um novo processo de subjetivação, que faz parte do trabalho analítico, o qual não existe sem ela”.

Para a psicóloga, “a resistência é a possibilidade de transformação, uma forma de luta que, no atual cenário de retrocessos sem contrangimentos, nos conduz a sair da zona de conforto para repensar a fragilidade das conquistas alcançadas. A resistência é permanente, precisa ser contínua”.

Os encontros entre Psicologia e resistência não se limitaram apenas ao espaço clínico, porém. Não podemos esquecer que a própria constituição histórica da Psicologia, como ciência e profissão, se deu dentro de um projeto muito específico de poder baseado em práticas disciplinares de medicalização, normatização e encarceramento de condutas.

Por isso, quando pensamos em resistência, não podemos negligenciar um aspecto fundamental nessa análise: as relações de poder. Isso porque os processos de resistência estão sempre relacionados a projetos de poder. Isto é, resistir somente é possível como um movimento de oposição ao instituído, dentro de um lógica baseada em relações de poder que produzem soberania e estabelecem um ordenamento hegemônico.

**"Não consigo pensar um Psicologia que não aposte no resistir. Se não caminhamos insistindo na resistência, estaremos retrocedendo em nossa própria história". Paula Curi**

Nesse sentido, e uma vez mais, não temos como separar resistência da prática da Psicologia. Conforme lembra Paula Latgé, “para o bem ou para o mal, Psicologia e resistência já caminham juntas. Seja na apropriação da Psicologia pela lógica do ca-

pital, na regulação das vidas, no foco da adaptação ao trabalho, nos convites aos apagamentos forçados do sofrimento. Ou na afirmação da lógica do cuidado, que resiste ao maquinário de moer corpos, que imprime força contra os processos de exploração dos homens, que defende os mais vulneráveis, que abomina qualquer forma de exclusão e violência, que defende os Direitos Humanos e a garantia de políticas sociais”.

“Não consigo pensar uma Psicologia que não aposte no resistir”, argumenta Paula Land Curi (CRP 05/20409), conselheira do CRP-RJ e coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. “Se não caminhamos insistindo na resistência, na luta, estaremos também retrocedendo em nossa própria história, quando a Psicologia, orientada para o ajustamento, não tinha qualquer implicação com aquilo que hoje nos é tão caro: a democracia, a cidadania e os Direitos Humanos, entre outros. Não podemos esquecer que várias lutas foram travadas para que pudéssemos construir o que hoje entendemos como sendo campo das Psicologias”.

Júlio Nicodemos acrescenta que “a Psicologia no Brasil também trouxe consigo a marca da resistência política. Esta é uma marca nossa e que devemos sustentar nestes tempos de ameaças às conquistas sociais”.

Fernanda Canavêz destaca que “as lutas na Psicologia na atualidade parecem remontar à sua própria constituição como campo, em um permanente embaraço por flertar com o cientificismo”. Conforme lembra a psicóloga, “Foucault fala de diferentes tipos de luta, que podemos entender como diferentes tipos de resistência: contra a dominação (étnica, social e religiosa), contra as formas de exploração e contra o assujeitamento. A questão que deve permear nossos discursos e práticas é aquela de saber se estamos efetivamente problematizando as formas de vida reforçadas pela cultura atual: individualista, medicalizada, acelerada, despolitizada, assujeitada. Formas de vida que cristalizam identidades, desapropriando o sujeito da permanente invenção de si”.

### **Psicologia: resistir a quê?**

A resistência, portanto, como potência de contestação a determina a ordem ou prática instituída, produz embates no campo sociopolítico e consolida um jogo de disputas entre forças hegemônicas e contra hegemônicas, tão necessário para a dinâmica da cena democrática.

Por outro lado, deve-se considerar que vivemos em uma sociedade em que o capitalismo, mais do que um sistema econômico, apresenta-se como único modelo cultural possível, permeando todos os aspectos das relações humanas. Assim, não podemos ignorar o movimento do capitalismo neoliberal de cooptar e anular as forças de resistência à ordem vigente, incentivando a produção de subjetividades individua-

listas e alienadas, promovendo a homogeneização das multiplicidades e criminalizando os sujeitos e grupos sociais discordantes.

## **A Psicologia pode produzir resistência por meio de sua escuta qualificada e do cuidado ético-político com as populações mais vulneráveis, afirmando a vida e aprofundando a potência de subjetividades autônomas.**

Não à toa, assistimos, em nosso país, a uma radicalização das propostas neoliberais após mais de uma década de importantes reformas sociais que promoveram distribuição de renda e ampliaram o acesso das populações vulneráveis a direitos historicamente negados. A desregulamentação de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais e o desmonte das políticas públicas de Saúde, Educação e Assistência Social estão diretamente relacionados às demandas do capital neoliberal e nos convocam à reinvenção das nossas próprias estratégias de resistência.

Conforme destaca Paula Curi, o atual cenário político brasileiro convoca as (os) psicólogas (os) a um fazer ético e político de resistir à suspensão arbitrária de direitos duramente conquistados por nossa sociedade. “O nosso momento coloca em xeque nossos sistemas únicos [SUS e SUAS] e a educação pública. Tudo começa a se esfacelar diante de nós e acredito que temos o compromisso ético-político em nos havermos com isso. Não podemos aceitar retrocessos que nos impeçam do exercício da nossa ci-

dadania, que nos tirem direitos garantidos, que alijam ainda mais da nossa sociedade aqueles que sempre foram excluídos”.

“O que temos no governo federal neste momento, e que contamina muitos municípios do Brasil”, aponta Júlio Nicodemos, “é uma concepção conservadora pautada numa ética absolutamente moralista de tratamento de questões sociais”.

Na avaliação do psicanalista, esse projeto de poder é baseado em concepções elitistas de uniformização da sociedade. “A radicalidade da diferença no laço social tende a ser suprimida caso não façamos algo com isso. Os regimes totalitários pautam-se na homogeneização dos modos de gozo, ou seja, a diferença é eliminada. A ameaça ao SUS e os cortes na educação e nos programas sociais, por exemplo, nada mais são do que um projeto de extermínio de massa”.

A intervenção da (o) psicóloga (o) nesse cenário é fundamental e inevitável. Com sua crescente inserção nas diversas políticas públicas ao longo dos últimos anos, a Psicologia consolidou sua atuação no campo dos direitos sociais e, por isso, tem o dever ético-político de lutar pela manutenção integral dos direitos conquistados.

“Considerando que, nas últimas décadas, os profissionais de Psicologia adentraram o campo público dos cuidados, além de este campo ser o que mais acolhe psicólogos recém-formados, temos o dever ético de sustentar nossas práticas respeitando as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais, que produzem suas resistências desde as décadas de 1960 e 1970. Podemos citar como exemplo destas resistências o movimento da Reforma Psiquiátrica, a implantação do SUS, a constituição do SUAS como política”, afirma Júlio Nicodemos.

O psicanalista acrescenta ainda que “os psicólogos conquistaram sua participação profissional junto dessas camadas mais pobres da população. Por isso, podemos e devemos dar voz a estas pessoas e ao que observamos dos efeitos destas medidas que apenas oferecem novos modos de segregação, violência e morte”.

Desse modo, pensar estratégias de resistência possíveis para a Psicologia brasileira e suas (seus) profissionais na atualidade significa considerar não apenas sua inserção nos diversos dispositivos de garantia de direitos. É preciso, além disso, levar em conta essa lógica de poder neoliberal que medicaliza e judicializa as relações sociais, produz criminalização e extermínio em massa das populações minorizadas e enxerga os Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social e uma educação pública de qualidade como ameaças ao seu projeto de hegemonia.

“O papel político de resistência da Psicologia deve estar presente em todas as nossas práticas: na Saúde Mental, defendendo uma sociedade sem manicômios e tratamentos de base comunitária; nos sistemas socioeducativo e prisional, priorizando medidas que atuam na direção do fortalecimento de vínculos comunitários e familiares; no acolhimento humanizado, nos encaminhamentos responsáveis, no trabalho com população em situação de rua combatendo o recolhimento, no enfrentamento cotidiano de práticas opressoras que insistem na produção de relações objetivas e objetificantes”, defende Paula Latgé.

Diante dessa conjuntura avassaladora que parece anular qualquer possibilidade de resistir, a Psicologia, portanto, pode produzir resistência por meio de uma intervenção que, pautada na sua escuta

qualificada e no cuidado ético-político com as populações mais vulneráveis, afirme a vida e afiance a potência de subjetividades autônomas e críticas.

Júlio Nicodemos chama a atenção, porém, para a importância de desconstruir determinadas demandas que, travestidas como supostas práticas de cuidado, consubstanciavam nefastas violações de Direitos Humanos.

### **A (o) psicóloga (o) está diretamente implicada (o) ética, técnica e politicamente no enfrentamento ao desmantelamento das políticas públicas e dos direitos sociais.**

“É um escândalo que psicólogos constituam equipamentos religiosos travestidos de dispositivos de saúde, como é o caso de muitas Comunidades Terapêuticas, que violam prerrogativas existentes no SUS e no nosso Código de Ética. Precisamos afirmar as conquistas políticas realizadas também por nós junto aos movimentos sociais, como a Lei da Reforma Psiquiátrica e a instalação dos CAPS, dos Consultórios de Rua, das Unidades de Acolhimento, entre outros dispositivos que marcam uma avanço importante, uma revolução na saúde pública brasileira nos últimos anos”, declara.

Nesse cenário em que a Psicologia é chamada a intervir em diversos espaços e contextos sociais sob demandas de práticas muitas vezes violadoras, Fernanda Canavêz também defende que a (o) psicóloga (o) esteja atenta (o) para não cair em ne-

nhuma cilada, dando como exemplo a atuação *psi* na escola.

“O que vai determinar os efeitos do trabalho do profissional de Psicologia não é exatamente o campo de atuação, mas o modo de operar. Tomemos, para ilustrar, o espaço da escola. Ali podemos atuar distribuindo e reforçando diagnósticos individuais apressados; estendendo para o campo da Educação a prática clínica mais tradicional, historicamente tão presente em nossa formação; circunscrevendo às alunas e aos alunos – bem como às suas famílias – o que parece não ir bem. Em contrapartida, podemos também nos deslocar do lugar de 'especialistas' e nos apropriar de nosso lugar no campo da Educação, desinvisibilizando os diferentes determinantes que concorrem para a produção do fracasso escolar, fortalecendo os docentes – cada vez mais silenciados em sua autonomia pela lógica neoliberal que invade as instituições educacionais – e contribuindo para a construção conjunta de uma escola democrática e múltipla”, argumenta.

Resistir, para além de constituir um direito ou um dever de toda (o) cidadã (ão), deve ser pensado como uma estratégia necessária de enfrentamento ao atual cenário político, social e econômico. E, como estratégia, a resistência precisa ser constantemente reinventada como prática de afirmação da vida e do direito à diferença. A (o) psicóloga (o) está diretamente implicada (o), ética, técnica e politicamente, no enfrentamento ao desmantelamento das políticas públicas e dos direitos sociais, articulando resistências criativas e solidárias na luta para que a democracia brasileira extrapole seu aspecto formal apenas e se concretize em igualdade de direitos para toda a sociedade, incluindo sua parcela mais empobrecida e vulnerável. ●

# DEBATE “PSICOLOGIA & RESISTÊNCIA” ACONTECE EM NITERÓI

Promovido a partir de uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e as Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH), o debate “Psicologia & Resistência: Em tempos de desmontes das políticas públicas” reuniu mais de 160 participantes no dia 16 de agosto em Niterói. A proposta do evento foi discutir o posicionamento ético-político da Psicologia diante do atual cenário de desmonte das políticas públicas de Saúde, Educação e Assistência Social.

A primeira mesa, moderada por Laura Gezsti (CRP 05/31442), psicóloga do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, versou sobre “O desmonte dos Sistemas Únicos”.

Paula Latgé (CRP 05/38749), psicóloga da Equipe de Referência para Ações de Atenção ao Uso de Álcool e outras Drogas (ERIJAD) da Prefeitura de Niterói, centrou sua fala na temática “O SUAS: o nosso e o de ninguém”.

Para ela, articular Psicologia e resistência é problematizar um projeto de poder que objetiva apagar as diferenças, promover internações e recolhimentos compulsórios, produzir medicalização da vida, exterminar negros e pobres e declarar a falência do SUS e do SUAS.

A coordenadora do curso de Psicologia da faculdade Universo, Marina Vieira Espinoza (CRP 05/33119), falou sobre “A RAPS no cotidiano: o trabalho em rede e os desafios para a Saúde Mental”.

Ela descreveu a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e apontou os principais desafios da RAPS no cuidado com o usuário, tais como o desenvolvimento de um trabalho voltado para o território e a comunidade e a articulação interinstitucional e intersetorial dos equipamentos que compõem a rede.

“O manicômio e seus retornos sutis” foi o tema da fala de Paula Santarossa (CRP 05/33705), coordenadora do curso de Psicologia da FAMATH. Ela criticou os sucessivos ataques ao SUS e a atuação das Comunidades Terapêuticas. Conforme apontou, a Psicologia deve estar atenta às forças políticas conservadoras que, travestidas de práticas de cuidado, representam o retorno de um modelo manicomial.

Encerrando a primeira mesa de debates, a professora do Instituto de Psicologia da UFF Marilene Verthein (CRP 05/3156) falou sobre as “Reviravoltas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH): desafios para a saúde”.

Ela teceu críticas à EBSERH, afirmando que sua criação, em 2011, representou a privatização dos hospitais universitários, pois os afastou da produção de conhecimento de ponta pelas universidades.

## Segundo debate

A segunda e última mesa do evento foi “Questões que atravessam a formação”, mediada por Paula Land Curi (CRP 05/20409), coordenadora do curso de Psicologia da UFF e uma

*Imagem de divulgação do evento que mobilizou profissionais e estudantes em Niterói*



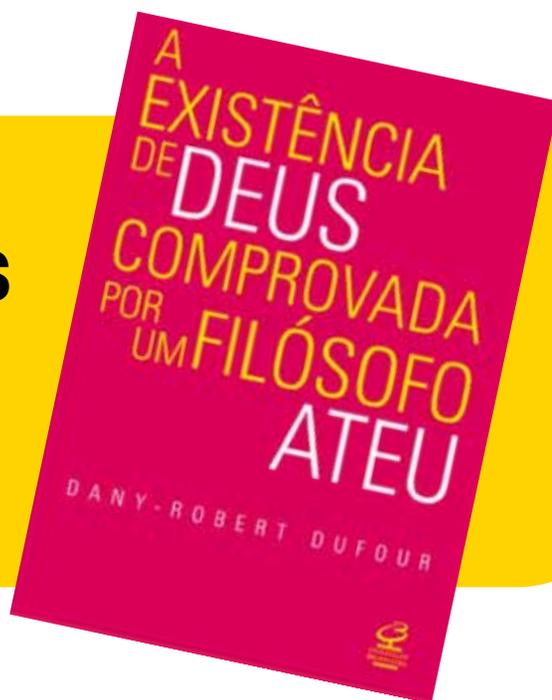
das organizadoras do evento. O debate colocou em questão a formação em Psicologia nesse momento em que despontam discursos que vão na contramão do que a Psicologia, como ciência e profissão, deve afirmar ética e politicamente.

Luis Eduardo Ferreira (CRP 05/39274), professor da FAMATH e da Universo, abordou “Direitos Humanos e a formação psi”. Sua fala foi norteadada pela provocação: “Direitos Humanos e neoliberalismo: como construir resistências ao Estado penal frente às demandas e capturas institucionais?”, que remete à luta pela construção de políticas públicas e a manutenção dos direitos sociais.

Encerrando a mesa, Julio Cesar Nicoledemos (CRP 05/34432), coordenador do SPA da Universo, falou sobre “A transmissão da clínica e os contextos de conflitos e exclusões sociais”.

Ele destacou o aspecto indiscutivelmente político da prática clínica e afirmou que os retrocessos políticos e sociais do atual cenário do país ameaçam a atuação clínico-política da(o) psicóloga(o). O psicólogo criticou, ainda, o crescente movimento religioso que tenta penetrar no ensino e na prática da Psicologia. ●

## RESENHA DE LIVRO: A EXISTÊNCIA DE DEUS COMPROVADA POR UM FILÓSOFO ATEU



POR JOSÉ NOVAES

PSICÓLOGO (CRP 05/980), COLABORADOR  
DO CRP-RJ

Na “Introdução”, o autor explicita seu projeto: tratar da questão que a modernidade e a pós-modernidade acreditam “...ter-se livrado definitivamente” (p. 11), mas que não pode, a seu ver, ser ignorada: a questão de Deus. Reafirmando sempre sua convicção no ateísmo, Dufour apresenta sua tarefa: “... fornecer uma nova e derradeira prova da existência de Deus (...) exatamente onde quero examiná-lo: na cabeça dos homens” (p. 13-14), pois “...basta que ele exista pelo menos aí para que em seguida seja visto em toda a parte onde se queira vê-lo...” (p. 16).

Dufour inicia sua argumentação apresentando a teoria científica da neotenia, que “entende o homem como um ser de nascimento prematuro, incapaz de alcançar seu desenvolvimento germinal completo e, no entanto, capaz, ao mesmo tempo, de se reproduzir e de transmitir suas características de juvenildade (...) esse animal não acabado deve, portanto, finalizar-se fora da esfera da primeira natureza, numa segunda natureza geralmente chamada cultura” (p. 20). Essa teoria funda-

menta uma série de teses e ideias, como “uma grande narrativa subjacente do Ocidente moderno” (p. 20), que o autor apresenta desde o mito prometeico na Grécia Antiga, passando por Pico della Mirandola nos albores do Renascimento, Erasmo, Kant, Fichte, Feuerbach, Marx, Freud. Diz: “a neotenia foi objeto de um autêntico mito moderno subterrâneo antes de se estabelecer efetivamente como ciência na movida do darwinismo” (p. 21).

Dufour afirma que esse modo de existência de Deus – na cabeça dos homens – é uma necessidade estrutural humana, pois a humanidade procede de uma comunidade única, e essa estrutura idêntica a todo o ser humano apresenta-se em formas diferentes, na evolução histórico-social das comunidades humanas. “Claro que não é fácil provar

Deus e permanecer ateu. Na verdade, só existe uma maneira de fazê-lo, conjeturando que foi o homem que inventou Deus. Ele se vê forçado a fazê-lo porque sente falta de um macho dominante” (p. 88). Deus é o grande “d’homensticador”, ou seja, a figura criada para exercer o papel de domesticar, controlar, legislar, reprimir, punir..., enfim, todas as formas pelas quais, ao longo da história, as comunidades humanas se organizaram e conseguiram viver coletivamente.

A seguir, o autor apresenta “os nomes de Deus”, ou seja, as distintas formas e figuras nas quais se concretizou, ao longo da evolução das sociedades humanas, este grande “d’homensticador”, listando, entre elas: o Deus único dos monoteístas, o Rei na monarquia, o Povo na República, a nação nos naciona-

*A existência de Deus comprovada por um filósofo ateu*

*Dany-Robert Dufour*

*Editora Civilização Brasileira  
Rio de Janeiro, 2016*

lismos, o proletariado no comunismo (p. 130).

Dufour diz, então, como esses “grandes sujeitos acabam morrendo ... todos mortos pelo pequeno sujeito” (p. 227), ou seja, a morte de Deus pelo sujeito pós-moderno. Questiona sobre o “possível inconveniente da morte de Deus”, pergunta acerca da necessidade de “uma nova religião”, e recusa-a; e remontando ao sentido original do termo “religião” (do latim *religare*, religar), diz: “O que nos liga ... é a nossa antiquíssi-

ma disposição comum para o discurso ... como é impossível abrir a boca sem que eu fale a *tu* a respeito de *ele*, será necessário instituir um terceiro para que nossos diálogos possam sustentar-se” (p. 332). Coloca, então, as condições para essa construção: “(isto) impõe a necessidade de tudo recomeçar para construir uma nova soberania: finalmente fazer justiça, salvaguardar o mundo e sua diversidade antes que seja tarde demais, retomar a tarefa infinita da autonomia do pensamento ...” (p. 333).

Quando se multiplicam as manifestações de preconceitos, estigmatizações, exclusões e violências contra grupos e comunidades sociais desvalidas, o crescimento de fundamentalismos – inclusive, e principalmente, religiosos – intolerantes e discricionários, “salvaguardar o mundo em sua diversidade” é um programa fundamental; nele, fortalecer a laicidade do Estado como a única forma de garantir a liberdade religiosa e de crença é um dos pontos principais. ●

## INFORME DO SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO RIO DE JANEIRO (SINDPSI)

Estamos vivendo momentos sombrios na política, fundamentalmente nas políticas públicas, com graves ameaças e extinção de Secretarias que cuidam de direitos sociais, como a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos.

Além das ameaças aos direitos sociais e trabalhistas, algumas prefeituras vêm praticando constantes atrasos nos pagamentos dos salários de seus servidores, tal qual o governo do estado do Rio de Janeiro.

Esta perversidade vem se constituindo em uma prática dos governos e não podemos ficar paralisados diante disto. Os pacotes de maldades desses

governantes não têm limites, haja vista a PEC nº 241, que tramita ainda no Congresso e que retira direitos adquiridos dos trabalhadores e nos coloca há pelos menos dois séculos de atraso.

Os servidores de Nova Iguaçu decidiram, em assembleia realizada no dia 8 de novembro com participação do SINDPSI-RJ, que entrarão em greve por melhores condições de trabalho e por um calendário de pagamento. Estão com salários atrasados há dois meses, seguindo já para o 3º mês (novembro de 2016).

Em Belford Roxo, os servidores do SUAS estão recebendo com um mês de atraso. Em resposta, no dia 9 de novembro, os servidores do SUAS de Belford Roxo fundaram o Fó-

rum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Belford Roxo para unificar os trabalhadores na luta por seus direitos. O SINDPSI-RJ esteve presente e faz parte do Fórum.

O SINDPSI-RJ está presente também no Movimento dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, de Nova Iguaçu e Belford Roxo, representado por seus diretores, para dar segurança aos trabalhadores psicólogos e seguirmos juntos na luta da categoria.

**Contatos:**  
[sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br](mailto:sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br)  
Tel.: (21) 2224-1762 / 1746.

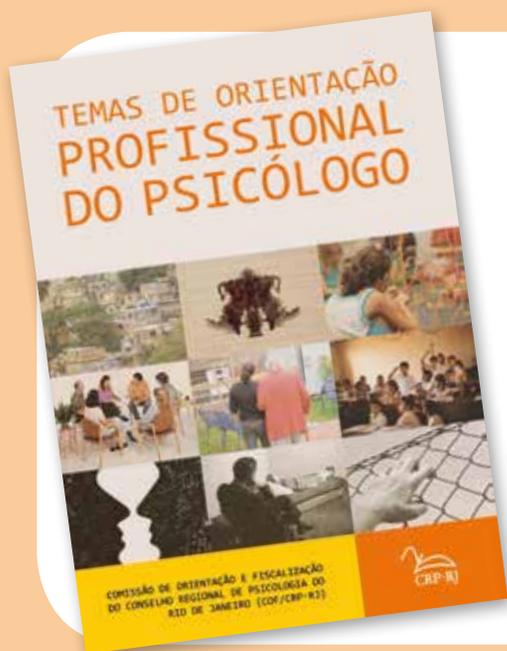
# LIVROS LANÇADOS PELO CRP-RJ EM 2016 VISUALIZAÇÃO E DOWNLOAD GRATUITOS

AS DEMAIS PUBLICAÇÕES DO CRP-RJ TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NOSSO SITE

Em junho e julho de 2016, o CRP-RJ lançou importantes livros destinados a psicólogas (os) e estudantes de Psicologia. Uma potente estratégia do CRP-RJ para am-

pliar os canais de diálogo com a categoria e dar visibilidade às diversas práticas psicológicas, a produção dessas publicações tem o objetivo de oferecer às (aos) profissionais um material qualificado de orientação técnica, reflexão crítica e referências ético-políticas para o exercício cotidiano da Psicologia.

PUBLICAÇÕES



## Temas de Orientação Profissional do Psicólogo

Organização: Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)

Lançamento: 10ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia

O livro tem o objetivo de oferecer à (ao) psicóloga (o) um material de orientação, consulta e reflexão crítica do fazer *psi* a partir das resoluções que regem a prática profissional em nosso país.

A proposta não é ser um manual sobre a legislação que normatiza a atuação da (o) psicóloga (o), mas um objeto de consulta e auxílio à (ao) profissional a partir da problematização da prática *psi*.

Além de apontar as legislações relativas às principais áreas de atuação – tais como Psicoterapia, Saúde Suplementar, Avaliação Psicológica, Psicologia Jurídica, Psicologia Organizacional e do Trabalho, entre outras –, a publicação apresenta orientações e esclarecimentos sobre temas sensíveis da prática cotidiana, como publicidade profissional, credenciamento de sites, ensino, estágio, residência e pesquisa em Psicologia.



## Conversações em Psicologia e Educação

Organização: Comissão de Psicologia e Educação

Lançamento: II Seminário Psicologia nas Escolas

O livro reflete o resultado dos debates promovidos pela Comissão desde 2014. A ilustração da capa é composta pelos desenhos “Diários de Escola”, gentilmente cedidos pelo artista Alex Frechette.

A publicação reúne artigos dos palestrantes que participaram do “I Simpósio da Região Serrana: Medicalização da Educação, da Saúde e da Sociedade”, promovido em março de 2015, em Petrópolis, e do “II Seminário Psicologia nas Escolas: o que o professor demanda e o que a escola produz?”, ocorrido em maio de 2015 no Rio.

Entre os articulistas do livro, estão nomes como Lygia de Souza Viegas, Rossano Cabral Lima, Adriana Marcondes Machado, Diva Lúcia Gautério Conde, Marilene Proença Rebelo de Souza e Katia Aguiar.

# ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS PARA EM NOSSO SITE

Todas essas publicações, distribuídas gratuitamente às (aos) psicólogas (os) e estudantes nos eventos realizados pelo CRP-RJ nesse período, estão disponíveis em versão digital na seção PUBLICAÇÕES do nosso site. Acessando nosso site pelo link <[www.crprrj.org.br/site/category/livro/](http://www.crprrj.org.br/site/category/livro/)>, você pode, a qualquer momento, vi-

sualizar e/ou fazer download da íntegra desses e de outros livros lançados pelo CRP-RJ anteriormente.

Conheça abaixo as publicações lançadas pelo CRP-RJ.

## Navegar é preciso: A Trajetória do Grupo de Trabalho Integrado Diversidades de Gênero e Relações Étnico-Raciais da CRDH/CRP-RJ

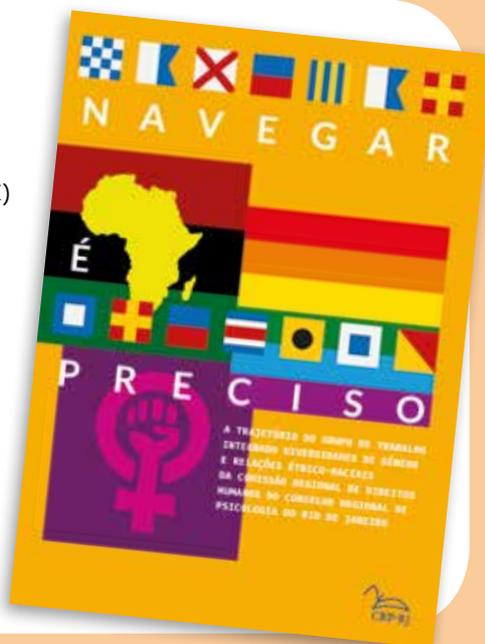
**Organização:** GT Integrado Diversidades de Gênero e Relações Étnico-Raciais da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH)

**Lançamento:** XI Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

A CRDH legou às (os) psicólogas (os) uma importante publicação que aborda as ainda controversas temáticas de gênero e raça.

O livro é um breve "diário de bordo" - de apenas 64 páginas - que convida o leitor a navegar nas reflexões, dificuldades e embates enfrentados pelo GT Integrado em seu trabalho de um ano no CRP-RJ.

Mais do que apenas apresentar referências teóricas e bibliográficas sobre essas temáticas ainda invisibilizadas na Psicologia, a publicação enfoca na experiência dos componentes do GT Integrado em promover esse debate de modo transversalizado, tentando dialogar com as demais questões relacionadas à prática profissional.



PUBLICAÇÕES

## Cadernos do VIII Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira e do I Prêmio Maria Beatriz Sá Leitão

**Lançamento:** II Seminário Psicologia nas Escolas

Lançados num formato inovador, os Cadernos do VIII Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira e do I Prêmio Maria Beatriz Sá Leitão foram publicados no mesmo volume, numa edição conhecida como "vira-vira": de um lado, você encontra a íntegra dos artigos premiados em primeiro e segundo lugar na categoria "Profissional" da 9ª edição do Prêmio Margarete - "Experiências em Psicologia e Políticas Públicas"; do outro, você tem acesso aos trabalhos vencedores em primeiro e segundo lugar das categorias "Profissional" e "Estudante" do Prêmio Maria Beatriz - "Experiências em Psicologia e Direitos Humanos".



# INFORMES DAS COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)



O CRP-RJ é uma autarquia federal, criada de acordo com a Lei Federal nº 5766 de 20 de dezembro de 1971, e instalada em 27 de agosto de 1974. Surge durante os “anos de chumbo” da ditadura militar, destinado a “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo”.

A tríade “orientar, disciplinar e fiscalizar” evidencia o que estava em cena naquele tempo. Mas, passados 50 anos, o Conselho tornou-se “intérprete e executor da legislação que rege a orientação, regulamentação e fiscalização do exercício e atividades da profissão de psicologia”. Ou seja, circunscreveu suas funções precípuas lhes dando novos contornos.

O CRP-RJ é composto por diversos órgãos, sendo a COF (Comissão de Orientação e Fiscalização) uma de suas Comissões Permanentes. Explícito em seu próprio nome, a COF tem por função orientar e fiscalizar psicólogos (os) e a sociedade sobre conduta ética e legislações pertinentes ao exercício profissional. Importante salientar que a Comissão não é uma instância supervisora, mas sim

orientadora, cujas ações pautam-se nos atos normativos da profissão.

## HORÁRIOS DE ATENDIMENTO DA COF

### SEDE (TIJUCA):

2ª, 3ª e 4ª, das 9h30min às 13h,  
e 5ª das 13h30min às 17h

Contatos: (21) 2139-5400  
cof@crprj.org.br

### SUBSEDE

### NORTE-NOROESTE FLUMINENSE (CAMPOS DOS GOYTACAZES):

2ª, das 14h às 17h30h

Contatos: (22) 2728-2057  
cof.nortefluminense@crprj.org.br

Face ao atual momento, em cumprimento de suas funções e em observância de seus princípios ético-políticos, a COF entende a necessidade de dar relevo ao seu trabalho de orientação, visto que, através dele, podemos construir meios de resistir e garantir o nosso compromisso: nenhum passo atrás!

Orientar, no sentido que enfatizamos, é nos dispormos a estar jun-

tos, dialogar, trocar, lutar, não nos afastando de nossos princípios fundamentais. Desta forma, a COF ganha uma dimensão bussolar, um aparato fundamental para navegar com precisão.

Para isso, intentamos, como estratégia, dialogar ainda mais com as (os) psicólogas (os) que compõem este Conselho, como com aquelas (es) que ainda estão em formação, assim como com a sociedade em geral. Juntos, precisamos nos apropriar das questões que atravessam a *polis* e dizem respeito à Psicologia como ciência e profissão.

## Quem somos? Como é o nosso funcionamento?

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ trabalha como porta de entrada para as (os) psicólogas (os) e para a sociedade, que necessitam de encaminhamentos e respostas às suas demandas. O contato com a COF se dá por meio de telefonemas, e-mail, cartas ou mesmo presencialmente.

A Gestão da COF é realizada por uma conselheira-presidente, um

conselheiro e uma psicóloga convidada, colaboradora, conforme o quantitativo mínimo disposto do Regimento Interno do CRP-RJ. O corpo técnico atualmente é composto de seis psicólogas na sede do CRP-RJ e uma psicóloga na Subseção Norte-Noroeste Fluminense, em Campos dos Goytacazes.

As demandas originadas de todas as regiões do estado do Rio de Janeiro

são recebidas diariamente e distribuídas entre as psicólogas. Há casos que necessitam de encaminhamento para deliberação do Plenário do CRP-RJ e outros que necessitam de interlocução com atores da sociedade, podendo incluir órgãos públicos e privados, sindicatos e demais conselhos profissionais.

A COF tem a finalidade de orientar a categoria e a sociedade, por isso, par-

ticipa de palestras, dirigidas a profissionais, estudantes e agências formadoras. Promove discussões sobre temas de interesse ao exercício profissional nos mais diferentes campos de atuação. Neste contexto, a prevenção e o diálogo são posturas adotadas pela gestão, não abrindo mão da ética e dos princípios fundamentais que a sustentam. ●

## ENCAMINHAMENTOS DO CRP-RJ SOBRE CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE NILÓPOLIS

O CRP-RJ está tomando alguns posicionamentos com relação ao concurso público da Prefeitura de Nilópolis, cujo edital, publicado em outubro desse ano, objetiva o preenchimento de vagas para o quadro de profissionais de Saúde do município. O concurso oferece sete vagas para psicóloga (o), além de outras 14 para cadastro reserva, com salário de R\$ 880,00, sem possibilidade de gratificação, para uma carga horária de 40 horas semanais.

Diante de tal desrespeito à Psicologia e à (ao) psicóloga (o), o CRP-RJ, após avaliar devidamente essa situação, enviou um ofício à Prefeitura de Nilópolis esta semana destacando que, pelo Art. 77, parágrafo 8º da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, a realização de qualquer processo seletivo ou concurso público deve permitir o acompanhamento dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Ainda nesse ofício, o CRP-RJ sugere que seja considerado o piso salarial de R\$ 2.684,99 para psicóloga (o), conforme recomenda a Lei Estadual nº 7267, de abril de 2016.

“O CRP-RJ entende que, na realidade de concursos públicos, a garantia de direitos trabalhistas e de fornecimento de remuneração adequada devem constituir prioridade e dever dos órgãos gestores (...). Assim, sugerimos que o vencimento básico fornecido siga minimamente o disposto na Lei Estadual nº 7267. (...) Portanto, consideramos que seria pertinente considerá-la como parâmetro para remuneração”, defende o CRP-RJ no comunicado enviado à Prefeitura de Nilópolis.

Para além do envio do ofício, o CRP-RJ está trabalhando em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI/RJ) e buscando agendar audiência com a Prefeitura de Nilópolis para tratar do assunto.

### AVISO DE PENALIDADE CASSAÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 006/10, onde figura como representante a Sr.ª Elba da Rocha Machado, informa a CASSAÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL do psicólogo EMERSON MOREIRA BRANT, inscrição nº. CRP 05/18024, pelo descumprimento ao Artigo 2º alínea “g”; Artigo 9º, Artigo 10 e Parágrafo Único do Código de Ética Profissional do Psicólogo – Resolução CFP nº. 010/2005, portanto, fica o mesmo impedido do exercício profissional da Psicologia a partir de 01 de novembro de 2016.

*Diva Lúcia Gautério Conde – CRP 05/1448  
Presidente do Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região*

# ACONTECEU NA SERRA



*Palestrantes e organizadores do I Seminário de Psicologia e Políticas Públicas da Região Serrana*

## INFORMES DA COMISSÃO GESTORA DO CRP-RJ NA REGIÃO SERRANA

A agenda de atividades do CRP-RJ na Região Serrana durante o 2º semestre de 2016 foi intensa, marcada por diversas ações importantes desenvolvidas pela Comissão Gestora na região.

### Políticas Públicas em debate

No final de julho, Petrópolis sediou o “I Seminário de Psicologia e Políticas Públicas da Região Serrana”. Com participação de mais de 100 pessoas, o evento buscou lançar um olhar da prática psi nas Políticas Públicas referentes aos setores de Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça.

Levantou-se a discussão relativa aos desafios com que profissionais de setores públicos se deparam em sua prática cotidiana, especialmente no que diz respeito às demandas encaminhadas por outros setores, de modo que a ética do cuidado com o usuário do serviço seja sempre a principal diretriz da atuação profissional.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link: <[www.crprj.org.br/site/i-seminario-de-psicologia-e-politicas-publicas](http://www.crprj.org.br/site/i-seminario-de-psicologia-e-politicas-publicas)

>  
da-regiao-serrana-acontece-em-petropolis/>

### CRP-RJ nas universidades

Finalizando o ano de 2016, foi elaborado o relatório final do projeto “CRP nas Universidades”, que, através da parceria do CRP-RJ com as instituições de ensino superior, obteve grande êxito na aproximação do Conselho com as universidades e estudantes da região.

Ao longo do projeto, foram promovidos nove eventos, onde as (os) participantes tiveram acesso a informações referentes à atuação política e administrativa do CRP-RJ a partir das palestras “CRP pra quê?”. Também houve eventos para debater Psicologia e Esporte, Psicologia Jurídica, Práticas Alternativas e Complementares, Sexualidade e Relações de Consumo. O número de participantes nos eventos impressiona: ao todo, 843 estudantes e profissionais marcaram presença.

A Comissão Gestora organizou e participou também dos seguintes eventos: “Roda de Conversa sobre Assistência Social”; “Formação do Psicólogo e Envelhecimento”; “CINEPSI: Clínica com Adolescentes”; “CINEPSI: Prevenção do Suicídio no Setembro Amarelo”. A Comissão Gestora marcou presença ainda na

Semana da Psicologia na UNESA de Petrópolis, na Semana Científica da UCP, na abertura do curso de Psicologia na FMP/FASE, na abertura do I Simpósio de Saúde Mental da Região Serrana e na comemoração dos 40 anos do Curso de Psicologia na UCP.

### Reinauguração da Subsede

Após um período de reformas e melhorias em sua infraestrutura, a Subsede em Petrópolis foi reinaugurada no começo de agosto. A obra transformou totalmente a Subsede, garantindo, com isso, conforto e acessibilidade às (aos) psicólogas (os) atendidas (os).

Para mais informações sobre a reinauguração da Subsede, veja notícia pelo link: <[www.crprj.org.br/site/subsede-do-crprj-na-regiao-serrana-e-reinaugurada-em-petropolis-com-presenca-de-representantes-de-psicologia-da-regiao/](http://www.crprj.org.br/site/subsede-do-crprj-na-regiao-serrana-e-reinaugurada-em-petropolis-com-presenca-de-representantes-de-psicologia-da-regiao/)>.

**Comissão Gestora:** Ismael E. M. Damas (CRP 05/42823) - Conselheiro-presidente; Fabíola F. de Azevedo (CRP 05/42893) - conselheira. Colaboradoras: Débora E. Müller (CRP 05/46269) e Victoria A. T. Gutiérrez (CRP 05/20157).

**Contatos:** (24) 2243-0834 / E-mail: [subsedepetropolis@crprj.org.br](mailto:subsedepetropolis@crprj.org.br) / Facebook: CRP – Subsede Região Serrana.

# COMISSÃO GESTORA DA SUBSEDE BAIXADA CONSOLIDA PARCERIAS E AMPLIA DIÁLOGO COM A CATEGORIA

O ano de 2016 tem um significado especial para nós, psicólogas (os) da Baixada, pois representa a realização da tão almejada obra de reforma e melhorias da Subsede do CRP-RJ em Nova Iguaçu. As obras tiveram início em abril e estão previstas para terminar em janeiro de 2017.

Por isso, a Subsede vem funcionando em instalações provisórias. Inicialmente, fomos acolhidos pela Cruz Vermelha de Nova Iguaçu, onde funcionamos em uma sala cedida até o final de outubro. Desde então, a Subsede passou a operar em uma sala comercial na Av. Governador Roberto Silveira, nº 470 / Sala 1010, no Centro de Nova Iguaçu.

Pedimos desculpas às (aos) psicólogas (os) da região pelos eventuais inconvenientes decorridos do funcionamento provisório da Subsede e agradecemos as contribuições da Cruz Vermelha e do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDH), onde temos realizado nossos eventos e encontros.

## Atividades a todo o vapor

As obras na Subsede não têm, contudo, alterado a agenda de atividades da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada.

Após o 9º Congresso Regional de Psicologia (COREP), com 25 psicólogas (os) delegadas (os) representando a região, realizamos, em maio, em parceria com o CDH, o debate “Medidas Socioeducativas: A aplicação, a realidade e seus efeitos”. No encon-

tro, foi abordada a necessidade de implementação de Políticas Públicas para a área e de combate à proposta de redução da maioridade penal.

Ainda em maio, realizamos a 19ª Rodas e Encontros em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, com o tema “Trajetória Antimanicomial: da Indiferença à Luta”.

Em junho e julho, realizamos edições da Pré-Mostra Regional de Práticas em Psicologia nas universidades UNIABEU (Belford Roxo) e SEFLU (Nilópolis), com apresentações de interessantes trabalhos de estudantes e professores.

Em parceria com as cinco faculdades de Psicologia da região, promovemos também o I Fórum de Estudantes de Psicologia na Baixada, com a temática “Formação, Campo de Estágio e Mercado de Trabalho”.

Em agosto, realizamos, em Nova Iguaçu, o II Seminário em Comemoração ao Dia da (o) Psicóloga (o), com a temática “A Psicologia e suas diversas práticas na Elaboração de Documentos, na Assistência Social, na Saúde Mental, no Socioeducativo e na Educação”. A mesa de abertura do evento contou com a participação de representantes das instituições parceiras dos trabalhos desenvolvidos na região nos últimos anos, como o Sindicato dos Psicólogos (SINDPSI) e o CDH.



*As palestrantes (da esq. para dir.): Ana Furtado, Viviane Martins, Rogéria Thompson, Vanda Vasconcelos, Mônica Sampaio e Flávia Sena exibem certificado de homenagem no I Fórum de Estudantes de Psicologia em Nova Iguaçu*

Em setembro, aconteceu a 22ª Rodas e Encontros, também em Nova Iguaçu, para debater o tema “Vamos falar sobre Prevenção ao Suicídio?” e marcar a importância da campanha Setembro Amarelo de Prevenção ao Suicídio.

Em novembro, comemoramos 22 anos de fundação da Subsede Baixada com o 50º Cine Psi para debater a temática “Psicologia e Relações Raciais”. Concluindo os trabalhos, organizamos, em dezembro, o 51º Cine Psi.

As coberturas das atividades desenvolvidas pelo CRP-RJ na Baixada estão disponíveis em nosso site pelo link: <[www.crprj.org.br/site/category/baixada/](http://www.crprj.org.br/site/category/baixada/)>.

**Comissão Gestora:** Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523) – Conselheira-presidente; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) – conselheira. Colaboradores: Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408) e Erika Barbosa de Araújo (CRP 05/50040).

**Contato:** subsedeni@crprj.org.br / (21) 2768-0007 / Facebook: Subsede Baixada CRP/RJ.

## SUBSEDE NORTE E NOROESTE FLUMINENSE AMPLIA AÇÕES POR MUNICÍPIOS DA REGIÃO



Comissão Gestora do Norte - Noroeste Fluminense no evento em menção à campanha Outubro Rosa em Campos

A Comissão Gestora do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense tem ampliado suas ações nos municípios da região e, com a eleição e posse do XV Plenário do CRP-RJ (Gestão 2016-2019), destaca que dará continuidade à agenda ético-política que vem sendo desenvolvida desde 2010 na região.

Confira as principais atividades realizadas entre agosto e novembro de 2016.

### Atividades em agosto

Graças à parceria entre o CRP-RJ e diferentes atores – UFF de Rio das Ostras, a Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes, a Universidade Estácio de Sá, a Faculdade Salesiana, a Fundação Municipal Hospitalar de Macaé e o Núcleo de Saúde Mental Juarez Malheiros Chaloub – aconteceu a Semana de Psicologia de Macaé, que mobilizou profissionais e estudantes, além de integrar diferentes instituições do município.

No Noroeste Fluminense, na Faculdade de Santo Antônio de Pádua (FA-SAP), foi realizado o debate “Psicologia e as interfaces entre a Justiça e as Políticas Públicas”, com presença de estudantes de Psicologia, Direito e Pedagogia, além de representantes da Justiça e da rede de Saúde Mental.

Em comemoração ao Dia da (o) Psicóloga (o), a Subsede promoveu, no mês de agosto em Campos, o “Dialogando com o CRP-RJ: Psicologia e Saúde nas Redes Pública e Privada”, com apresentação de trabalhos de psicólogos (os) atuantes na área hospitalar e nos dispositivos de Saúde Mental do município.

### Setembro Amarelo

Em prol da campanha Setembro Amarelo, foi promovido em Campos o debate “Psicologia e Prevenção ao Suicídio”, com transmissão on-line ao vivo pela página da Subsede no Facebook. O tema foi debatido também em eventos nos municípios de São João da Barra e Macaé.

### Psicologia e Assistência

Dada a inserção crescente de psicólogas (os) nas políticas de Assistência e a partir da parceria com a Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ e o Ponto Focal de Macaé, foram realizados dois eventos no município: a Roda de Conversa “Psicologia e Assistência Social: diálogos possíveis e necessários” e o debate sobre a Nota Técnica do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS/MDS nº 02/2016), que trata das relações entre o SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça.

### Demais debates

No mês de outubro, a Comissão Gestora participou do debate sobre a campanha de prevenção ao câncer de mama, o Outubro Rosa, realizado no Hospital Escola Álvaro Alvim de Campos dos Goytacazes. No mesmo mês, foi realizado, na Faculdade de Medicina de Campos, o Cine Debate “Nise: o coração da loucura”.

### Ações estratégicas

Com o objetivo de articular a qualificação da oferta de cursos de Psicologia na região, a Subsede promoveu, no final de agosto, um importante encontro entre os coordenadores de curso para fomentar a construção de perspectivas coletivas e ampliadas para a formação *psi*.

**Comissão Gestora:** Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205) - Conselheira-presidente; Michelle da Silva Motta (CRP 05/31331) - conselheira. Colaboradores: Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138), Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189), Bianca Miranda (CRP 05/4420) e Jéssica Maciel (CRP 05/49890).

**Contato:** subsedecampos@crprj.org.br / (22) 2728-2057.

# BALANÇO FINANCEIRO DO CRP-RJ DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2016



VEJA COMO É EMPREGADO O VALOR QUE VOCÊ PAGA DE ANUIDADE AO CRP-RJ.

De toda a receita obtida pelo CRP-RJ, 25% é repassada para o Conselho Federal de Psicologia. A receita remanescente é destinada ao pagamento da folha salarial dos funcionários do CRP-RJ, às despesas correntes – como contratos de prestação de serviços vigentes, tributos e impostos – e às ações do Conselho junto às (aos) psicólogas (os) e à sociedade.

O valor da receita que venha a sobrar torna-se o superávit financeiro. Esse superávit é investido em aplicação no Banco do Brasil (CDB) para ser utilizado em possíveis ações emergenciais e/ou de manutenção e expansão do CRP-RJ.

De 2010 a 2014, acumulamos R\$ 5.051.712 de superávit. A partir de 2015, começamos a usar o valor dessa aplicação para obra emergencial no prédio da sede do CRP-RJ (na Tijuca) e para as obras de reforma da nova sede (no Centro do Rio de Janeiro) e das subdesdes de Nova Iguaçu e Petrópolis. Esses recursos também foram utilizados na modernização do mobiliário da sede e das subdesdes.

Iniciamos 2016 com R\$ 4.554.576 aplicados em CDB. Até a data do fechamento desta edição, a receita do CRP-RJ era de R\$ 10.798.135. Desse valor, R\$ 2.611.317 foram repassados ao CFP. Despendemos R\$ 4.113.251 com a folha de pagamento, R\$ 2.662.491 com despesas correntes, R\$ 1.546.460 com ações vol-

tadas à categoria e à sociedade e R\$ 2.185.348 com as obras nas sedes e subdesdes, sendo este último valor, das obras, retirado da aplicação dos superávits financeiros, e não da receita.

Até 31 de outubro, contamos com o valor de R\$ 2.233.844,00 em nossa aplicação, o que oferece um lastro seguro para a entrega das obras da nova sede e subdesde em janeiro de 2017 e todas as demais despesas de rotina do CRP-RJ.

## Fique em dia com o CRP-RJ!

Você sabia que as anuidades são a única fonte de arrecadação financeira do CRP-RJ? É o pagamento das anuidades que garante, além do funcionamento administrativo do CRP-RJ, nossas atividades em prol da Psicologia e de você, psicóloga (o).

Durante o XIV Plenário (Gestão 2013-2016), o CRP-RJ empreendeu uma intensa agenda de atividades por todo o estado do Rio, apostando na ampliação dos canais de diálogo e orientação junto à categoria.

Nos últimos três anos, o CRP-RJ lançou 11 livros com o intuito de dar visibilidade às práticas *psi* e oferecer a você, psicóloga (o), um material qualificado de orientação técnica, reflexão crítica e referência ético-política para o exercício profissional.

Foi também o pagamento das anuidades que possibilitou a promoção

de importantes eventos, tais como a Mostra Regional de Práticas em Psicologia (que, em 2016, chegou à 10ª edição) e os Seminários Regionais de Direitos Humanos e Políticas Públicas, além das edições de 2015 e 2016 dos Seminários de Educação e de Assistência Social.

Parte da arrecadação do CRP-RJ também é utilizada para dar apoio a importantes congressos da Psicologia, como a 2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT e o XII Encontro Clio-Psyqué, ambos em 2016.

Por isso, é fundamental que você mantenha o pagamento da anuidade em dia para que o CRP-RJ possa manter e ampliar suas atividades.

Lembre-se: sua próxima anuidade vence no dia 31 de março de 2017, mas você pode ganhar desconto de 10% pagando-a à vista até 31 de janeiro de 2017 ou desconto de 5% se pagá-la até 28 de fevereiro de 2017. Ainda, se preferir, pode parcelá-la em cinco vezes sem juros.

O não pagamento da anuidade pode lhe deixar em situação irregular para o seu exercício profissional ou de sua empresa. Para garantir uma prática profissional com ética e qualidade, acesse <[www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)> e saiba como ficar em dia com o CRP-RJ!

Em caso de dúvida ou para quitar débitos anteriores, envie e-mail para [cobranca@crprj.org.br](mailto:cobranca@crprj.org.br) que um funcionário do CRP-RJ irá ajudá-la (o). ●

## DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS ATRAVÉS DA CIRD

A Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização do CRP-RJ (CIRD) é responsável por democratizar, ampliar e potencializar as referências do Conselho no interior do estado. A CIRD foi criada no XIII Plenário (2010-2013), cumprindo as deliberações do VII CNP (Congresso Nacional de Psicologia) de 2010.

A CIRD é materializada pelas Subsedes e seus representantes, sejam eles os conselheiros e colaboradores do CRP-RJ que formam as Comissões Gestoras das Subsedes e os chamados Pontos Focais, representantes

do Conselho nas regiões/municípios fora da área de abrangência ou distantes das Subsedes.

Entre as atividades realizadas, podem se ressaltar os eventos regionalizados com discussão de temas relacionados ao exercício da profissão, tais como: Sistema Conselhos de Psicologia e orientações profissionais; Avaliação Psicológica e documentos produzidos por psicólogas (os); Psicologia e Assistência Social; violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ademais, a CIRD promove reuniões mensais, ampliadas aos colabora-

dores das diversas regiões, além de ocupar espaços nos órgãos de Controle Social de diversos municípios. A CIRD também dialoga com as instituições formadoras, mobiliza profissionais e estudantes pelo desenvolvimento da ciência e profissão de Psicologia.

A atual gestão do XV Plenário (2016-2019) marca a continuidade dos trabalhos da regionalização e os compromissos assumidos junto à categoria nos últimos anos.

**Contato:** cotec@crprj.org.br.

## COMISSÃO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CRPPP)

A CRPPP vem se consolidando como um espaço para debater e defender posições sobre as Políticas Públicas e a inserção das (os) profissionais de Psicologia em seus serviços na medida em que a ausência desta temática nos currículos acadêmicos produz demandas de orientação por aqueles que atuam ou pretendem atuar nessas áreas.

O momento político atual, pautado em um processo de desmonte das Políticas Públicas, nos aponta a importância de manutenção do debate como ato de resistência a partir da afirmação da necessidade de

consolidação do caráter público das políticas sociais.

De forma mais direta, temos pautado a participação da Psicologia nas Políticas Públicas através da atuação nos espaços de Controle Social, a saber: Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais que nos colocam a possibilidade não somente de opinar como também de propor e deliberar a implantação das Políticas Públicas nas quais estamos inseridos.

Atualmente, estamos representados em 27 Conselhos Municipais (incluindo as presidências nos Conselhos Municipais de Assistência So-

cial e de Políticas sobre Drogas, ambos em Petrópolis), e em cinco Conselhos Estaduais e em 13 fóruns e outros espaços de representação da sociedade civil.

A partir de 2017, a CRPPP pretende qualificar o debate com a categoria acerca da participação social, estimulando a troca de experiências entre os representantes do CRP-RJ no Controle Social e, paralelamente, com a categoria e demais interessados nas temáticas relativas à atuação da Psicologia nas Políticas Públicas.

**Contato:** crppp@crprj.org.br / crppp1@crprj.org.br.

# COMISSÃO DE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Comissão está acompanhando de perto o processo de desmonte da política pública de Assistência Social no estado do Rio de Janeiro, materializada pela extinção da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).

As principais discussões versam sobre como continuar executando essa política dentro das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visto que não existe mais essa secretaria tampouco a responsabilidade do Estado com o seu financiamento junto aos municípios.

A Comissão retomou suas atividades de interiorização com eventos e debates em diversos

municípios do interior. Em outubro, discutimos, em Macaé, a Nota Técnica SNAS/MDS N° 02/2016, que dispõe sobre as relações do Sistema de Justiça com o SUAS. Em novembro, estivemos na UFF de Volta Redonda para falar sobre a extinção da SEASDH e sobre a PEC n° 55 e os impactos na sociedade.

Destacamos também nosso apoio à implementação do Fórum Municipal das Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS no município de Belford Roxo.

A reunião descentralizada do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS) aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro no Rio de Janeiro. A Comissão, que também compõem o FNTSUAS, partici-

pou da organização do evento e da mobilização das(os) trabalhadoras(es).

A Comissão reafirma a importância da garantia de direitos conquistados, repudia qualquer possibilidade de retrocesso e enfatiza sua luta para que o trabalho da(o) psicóloga(o) na Assistência Social esteja em consonância com as diretrizes consolidadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Dizemos NÃO à velha política assistencialista que traz consigo o fantasma do primeiro-damismo!

**Contato:** cotec@crprj.org.br

# COMISSÃO DE SAÚDE

Após a posse do XV Plenário, a Comissão de Saúde do CRP-RJ se reuniu para iniciar o planejamento de ações para o ano de 2017, fazer os ajustes necessários no que foi previsto e recompor a sua estrutura, pensando em novos colaboradores.

Até o momento, nossa discussão tem levado em conta também a possibilidade de trabalhar com eixos temáticos no campo da Saúde. No entanto, entendemos que esse processo será gradativo e levará em conta a transversalização com as demais comissões do CRP-RJ.

Contamos com a participação de todas(os) as(os) psicólogas(os) que atuam na saúde pública e na clínica privada!

**Contato:** cotec@crprj.org.br

# CRP-RJ NA LUTA CONTRA O PLS Nº 439/2015

**DIGA**  
**Não**



*ao Projeto de Lei  
do Senado nº 439/2015*

Acesse:

[www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizaomateria?id=122183](http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizaomateria?id=122183)  
e vote contra essa ameaça à Psicologia e à interdisciplinaridade na  
gestão de Recursos Humanos!

- Pelo cuidado com a Saúde Mental e Ocupacional da (o) trabalhadora (or)
- Pela autonomia técnico-científica da Psicologia Organizacional e do Trabalho